

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A Europa: (60 anos) em estado permanente de “crise”.**  
**Mitos e Realidades**

**José António Teixeira Martins**

**Mestrado em Estudos sobre a Europa**

**2017**



**UNIVERSIDADE ABERTA**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**A Europa: (60 anos) em estado permanente de “crise”.  
Mitos e Realidades**

**José António Teixeira Martins**

**Mestrado em Estudos sobre a Europa**

**Dissertação orientada pelo Professor Doutor José Fontes**

**2017**



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo elaborar sobre se a percepção generalizada de um estado de “crise” permanente na Europa nos últimos 60 anos tem algum sentido ou se se trata de percepções que usam apenas o termo, mas que, na sua essência, ficam desviadas do conceito atribuído à palavra “crise” e que deriva da palavra grega “krísi”.

Num primeiro momento, fazemos um percurso sobre as nossas motivações de base associadas à elaboração desta dissertação, passando pelos conceitos e percepções de “crise”. Definimos quatro novos marcadores — debilidade estrutural; debilidade permanente; problema dinâmico; evolução societária — como hipóteses de substituição da palavra “crise” e alocamos três fatores — Política, Energia e Emprego/Desemprego — comumente associados a estados de “crise” a que juntamos um geral — Evoluir — que, não estando dentro do quadro de percepção daqueles 3, nem sendo entendido como fomentador de “crise”, serve, no nosso entender, como justificação geral para a inquietude percebida como “crise”. Na sequência confronta-se o quarteto de hipóteses levantadas com perspectivas diversas de explicação do conceito de “crise”.

Num segundo momento, sobrevoamos a história e a geografia das crises na Europa.

Num terceiro momento, abordamos a arquitetura institucional da construção e integração europeia, iniciada em 1951 com a CECA, com curso até ao presente com a atual União Europeia, sempre em contraponto com o potencial estado de “crise” de cada etapa.

### **Palavras-chave:**

— Crise; Desenvolvimento; Europa; Política; Mito.

## **ABSTRACT**

This work aims to elaborate on if the general perception of a state of “permanent crisis” in Europe in the last 60 years has any sense or if there are perceptions using just the term, but, on his goal are diverted from concept attributed to the word “crisis” that derives from the Greek word “krísi”.

At first, we make a journey on our basic motivations associated with the preparation of this dissertation, passing by the concepts and perceptions of “crisis”. We define four new markers — structural weakness; permanent weakness; dynamic problem; society evolution — as a chance of replacing the word “crisis” and allocate three factors — political, energy and employment/unemployment — commonly associated with the states of “crisis” that joined a general — evolution — that is not inside the frame of lack of those 3, or being perceived as developer of “crisis”, in our view, serves as a justification for the concern perceived as “crisis”. Following is faced the assumptions quartet with different perspectives explanatory of the concept of “crisis”.

Secondly, we make an overflight of the history and geography of “crises” in Europe.

In a third moment, we reviewed the institutional architecture of the European construction and integration, started in 1951 with the ECSC, with progress to date with the current European Union, always in counterpoint with the potential state of “crisis” of each step.

### **Keywords:**

— Crisis; Development; Europe; Politics; Myth.

## RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif de comprendre si la perception généralisée d'un état de « crise » permanent en Europe ces dernières 60 années a vraiment un sens, ou s'il ne s'agit que d'un ensemble de perceptions qui ne font qu'utiliser le mot, tout en, dans leur essence, se déviant du concept du vocable « crise » qui dérive de la parole grecque "krísi".

Dans un premier temps, nous parcourons nos motivations de base fondamentales associées à la préparation de cette dissertation, en abordant les concepts et les perceptions de « crise ». Nous définissons quatre nouveaux marqueurs — faiblesse structurelle ; faiblesse permanente ; problème dynamique ; évolution de la société — comme hypothèses de remplacer le mot « crise », et nous allouons trois facteurs — politique, énergie et emploi/chômage — habituellement associés à des situations de « crise » auxquels nous associons un facteur général — évoluer — qui, tout en ne faisant pas partie du cadre de perception de ces trois premiers facteurs, et tout en n'étant pas interprété comme développeur de « crise », nous sert de justification pour l'appréhension généralement perçue comme « crise ». Ensuite nous confrontons les quatre hypothèses avec de différentes perspectives de la notion de « crise ».

Par après, nous survolons l'histoire et la géographie des crises en Europe au cours des 60 dernières années.

Dans un troisième moment, nous observons l'architecture institutionnelle de la construction et de l'intégration européenne initiée en 1951 avec la CECA, et l'évolution jusqu'au présent de l'Union européenne actuelle, toujours en contre-point avec le potentiel état de « crise » de chaque étape.

### **Mots-clés:**

— Crise; Développement; L'Europe; Politique; Mythe.



## **Dedicatória**

A todos os que combatem  
o pessimismo e as visões catastróficas do tempo presente  
face à memória do passado.



## **Agradecimentos**

À Europa, que me deu a oportunidade de viver em liberdade de pensamento e cuja História me ensinou que a vida se faz de encaixos e de percalços.

À minha família e amigos, pela liberdade que me concederam para que me pudesse dedicar a este trabalho sem os constrangimentos das obrigações costumeiras e pelo apoio constante e sem hesitações a todos os meus pedidos de ajuda.

Aos meus Professores que sempre aceitaram a minha forma de ver o Mundo e me incentivaram a torna-la mais límpida de preconceito.

Ao Professor Doutor José Fontes, pela disponibilidade para me orientar neste trabalho e pelo incentivo permanente para que o resultado final atingisse um patamar condizente com a dimensão do empreendimento a que me propunha chegar.



# Índice

Introdução.....	1
1. Conceitos de “crise” e perceção(ões) do “estado” de “crise” .....	9
1.1. Os conceitos de “crise” .....	11
1.2. A(s) perceção(ões) do “estado” de “crise” .....	14
1.3. Definição de novos marcadores .....	16
1.3.1. Debilidade estrutural.....	16
1.3.2. Debilidade permanente .....	17
1.3.3. Problema dinâmico.....	17
1.3.4. Evolução societária .....	17
1.4. As “crises” alocadas dentro do estudo .....	18
1.4.1. As “crises” políticas .....	18
1.4.2. A “crise” energética .....	19
1.4.3. A “crise” do emprego/desemprego.....	20
1.4.4. A Mãe de todas as “crises”: evoluir (evolução societária) .....	21
1.5. O quarteto de hipóteses em análise conjunta .....	21
1.5.1. A perspetiva comunicacional .....	22
1.5.2. A “crise” do ponto de vista alargado .....	23
1.5.3. A “crise” como narrativa construída.....	24
1.5.4. As perspetivas alternativas: mística e libertadora .....	24
2. A história e a geografia das “crises” na Europa .....	27
2.1. Os episódios internos.....	29
2.2. Os episódios externos .....	30
2.3. A delimitação do espaço temporal .....	30
2.4. O ponto de viragem .....	31
2.5. A “crise” que vem de Leste.....	32
2.6. A “anticrise” que vem de Oeste.....	32
2.7. A(s) resposta(s) da Europa à “crise” .....	33
2.7.1. Primeira: a parte dolorosa da resposta .....	33

2.7.2. Segunda: a parte motivadora da resposta.....	34
2.7.2.1. Resposta de geografia limitada.....	34
3. A arquitetura institucional da União Europeia e a “crise”.....	39
3.1. Os esboços iniciais.....	41
3.2. A primeira amarra: Tratado CECA.....	43
3.3. O segundo passo: CEE e a EURATOM e o primeiro insucesso.....	46
3.3.1. O primeiro insucesso: Comunidade Política e Comunidade de Defesa.....	46
3.3.2. Os sucessos CEE e EURATOM.....	47
3.3.2.1. As intenções.....	47
3.3.2.2. Os resultados.....	48
3.4. A terceira etapa: Tratado de Bruxelas (o Tratado de Fusão).....	49
3.4.1. O contexto.....	49
3.4.2. Os resultados da fusão institucional.....	51
3.5. A quarta jornada: Ato Único Europeu.....	52
3.5.1. Sintomas problemáticos.....	52
3.5.2. Voltar ao básico.....	53
3.5.3. Uma nova alteração dos Tratados.....	55
3.6. O quinto patamar: Tratado de Maastricht — Tratado da União Europeia.....	56
3.6.1. O primeiro pulo do ‘triplo-salto’.....	56
3.6.2. O ‘triplo-salto’ consumado.....	58
3.7. O sexto estádio: Tratado de Amesterdão.....	60
3.7.1. A vertigem dos tempos do fim do séc. XX.....	60
3.7.2. A inovação para combater a vertigem.....	61
3.8. O sétimo ajuste: Tratado de Nice.....	63
3.9. O ato falhado ou o exercício da democracia: Tratado Constitucional.....	64
3.10. O momento atual: Tratado de Lisboa (o Reformador).....	66
Conclusão.....	69
Referências Bibliográficas.....	75
Anexos.....	83

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

- ACP — África Caraíbas e Pacífico
- AECL — Associação Europeia de Comércio Livre
- AL — Alemanha
- AUE — Ato Único Europeu
- BCE — Banco Central Europeu
- BE — Bélgica
- BENELUX — Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo
- CCE — Comissão das Comunidades Europeias
- CE — Comunidades Europeias / Comunidade Europeia
- CECA — Comunidade Europeia do carvão e do Aço
- CEEA — Comunidade Europeia da Energia Atómica
- CED — Comunidade Europeia de Defesa
- CEE — Comunidade Económica Europeia
- CPE — Comunidade Política Europeia
- EFTA — ver AECL
- ES — Espanha
- EUA — Estados Unidos da América
- FR — França
- GR — Grécia
- IT — Itália
- LU — Luxemburgo
- MTC — Mecanismo Taxas de Câmbio
- NATO — ver OTAN
- OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PAC — Política Agrícola Comum
- PB — Países Baixos
- PE — Parlamento Europeu
- PESC — Política Externa e de Segurança Comum
- PT — Portugal
- SME — Sistema Monetário Europeu
- RU — Reino Unido
- TFUE — Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
- UE — União Europeia
- UEM — União Económica e Monetária
- UEO — União da Europa Ocidental
- URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



# Introdução



Muitas das referências que lemos e ouvimos, amiúde, ao longo da nossa vida, sobre a crise, crises ou estado de crise, não passam de desabafos semânticos simplistas para justificar uma dificuldade, um obstáculo, uma contrariedade ou outra coisa qualquer que, momentaneamente, nos incomoda, nos transtorna ou se nos atravessa inopinadamente na nossa rotina quotidiana. Não há área do saber onde a palavra “crise” não tenha lugar como sinónimo qualificador de evento que inspire preocupação particular, de carácter individual ou coletivo.

Desde a “crise de dentes” até à “crise nuclear”, passando pela “crise” política, a económica, a social, a ambiental, a energética, a do emprego/desemprego, a de confiança, a de identidade, da democracia, do estado-nação, dos valores, ou até a mais prosaica “crise familiar”, entre outras, nada escapa a esta palavra simples, que tem uma grafia e uma fonia muito parecida num grande número de línguas<sup>1</sup> e, por via disso, ainda ganha uma dimensão de perceção maior pois, mesmo não percebendo o grego, numa conversa a que se assista entre dois falantes de grego ouvido um deles a proferir a palavra “krísi”, de imediato inferimos que, por certo, é da “crise” o tema em análise, na sua expressão mais negativa, seja ela qual for e não se coloca a hipótese de esse mesmo emissor estar a utilizar a palavra “krísi” numa das suas verdadeiras aceções semânticas e que apontam mais para significações bem menos penalizadoras.

O objetivo deste estudo não é, obviamente, abordar as dimensões particulares das múltiplas crises que pululam todos os dias nas nossas conversas, mas sim tentar analisar até que ponto a “crise” anunciada na Europa reflete, de facto, uma “crise” no seu verdadeiro sentido, se se veio a confirmar como uma “crise”, se foi apenas um

---

<sup>1</sup> Em particular as românicas e as germânicas.

epifenómeno criado para cumprir algum interesse particular ou se não tem nada a ver com aqueles dois primeiros e afinal é uma debilidade estrutural, cíclica, recorrente ou mesmo definitiva, ou um simples processo de inquietação derivada de uma ansiedade natural ligada com algo que tem de ser solucionado como resposta a um problema presente ou que se antecipa em virtude de uma evolução que se tem como certa num futuro mais ou menos próximo.

Por razões de índole profissional, a nossa relação com a Europa e, em particular com a Europa Comunitária, sempre esteve presente no dia-a-dia dos últimos cerca de 30 anos. O desenvolvimento da nossa atividade profissional passou em grande parte pela comunicação e informação, com inúmeras sessões de informação, debates, colóquios, seminários, entre outros, sobre as questões europeias de atualidade, sempre baseadas no enquadramento histórico da construção da comunidade (união) europeia.

A “crise” foi tema recorrente em todos eles, com particular incidência, naturalmente, nas perguntas das audiências e, em consequência, nas respetivas respostas proporcionadas que, nos eventos em que tínhamos essa missão, fomos confrontados a dar. Prova a evidência, passados mais de quarto de século de labuta nestas andanças, que as respostas dadas não satisfizeram a necessidade de explicação revelada. A “crise” aparece sempre como mote para mais questões da mesma índole, sempre devidamente introduzidas e justificadas pelos inquiridores com a perceção do momento, a dificuldade de encontrar uma decisão, os avanços ou recuos nas intenções políticas ou mesmo a ausência de decisão ou ainda o muito prosaico “nim” — que quer dizer “nem sim nem não” — típico da diplomacia política comprometida e medrosa, que se auto intitula de “pragmática”.

Este “nim” é muito usado como instrumento de retórica muda, para não dizer nada sobre qualquer assunto que tenha de ter uma decisão ou que anda no limbo da decisão há tempo demasiado, sem qualquer “luz” no fundo do túnel que faça renovar a esperança de quem precisa da resposta. O “nim”, por si só, aparenta ser, ao mesmo tempo, amigo e inimigo da “crise”. Não a nega nem diz que existe, pelo que, na ausência de uma justificação ou resposta válida, resta o recurso mais fácil: atribuir a responsabilidade a algo abstrato nem que esse algo seja um conceito também abstrato e com uma ligação significativa um pouco desconcertada.

Tais “crises”, no seu uso substantivo, apareciam e continuam a aparecer, cobertas de uma carga negativa, de gravidade acentuada, com o aspeto lúgubre de um fim de mundo que está, já ali, ao virar da esquina. Numa visão, quiçá simplista, são significações que vão contra o sentido da etimologia da palavra “crise” e do conceito que lhe está subjacente, de facto.

“Crise”, cuja origem vem da palavra grega “krísi”, quer dizer a ação de distinguir, escolher, decidir entre várias medidas ou caminhos a empreender, mas também significa avaliar uma situação problemática ou inusitada com vista a poder haver uma decisão. Ora, ainda que tenha duas valências — ‘avaliar’ e ‘decidir’ — parece que só a primeira é valorizada e, pelo que se nos é dado a observar, só para o lado negativo e depressivo.

Aqui reside o paradoxo do que se entende como significado de “crise”, pois, se é comum associar “crise” a algo de problemático e, comumente, grave e disruptivo, na esteira etimológica, “crise” é uma palavra que aponta, essencialmente, para algo positivo — mudança, escolha, decisão.

Partindo do princípio que a racionalidade inerente aos humanos os impele a desenvolver ações que promovam a melhoria da sua condição do presente, pois, ninguém muda, conscientemente, para pior. Daniel Altman (2011: 12) constata que “(...) Na tentativa de atingir os seus limites e proporcionar aos cidadãos os padrões de vida mais elevados possíveis, os países deparam-se com uma série de obstáculos (...)”.

Esta constatação vem ao encontro da ideia de melhoria de condição individual, pois, em última análise, os países perseguem os interesses dos seus cidadãos e, ao acrescentar ‘uma série de obstáculos’ que se infere que terão de ser ultrapassados, pode interpretar-se, que está a referir-se àquilo a que se generalizou apelidar de “crises” que têm de ser superadas.

A percepção com que se fica é que se fala de “crise” como que se no momento imediatamente anterior ao presente, a dita, na sua substância, não existisse nem nunca dela se tivesse falado até ali. É como se um corpo estranho tivesse aterrado exatamente naquele momento, para surpresa geral, no meio da nossa pacata existência, vindo não se sabe de onde.

No entanto, a percepção obtida na experiência diária aponta para que a palavra “crise” e, eventualmente, o conceito negativo que lhe está atribuído, é recorrente. Acrescenta-se também, errado, naquilo que sugere significar, como se pretende demonstrar.

O recurso à História publicada sempre permitiu fazer um ‘combate’ às percepções erróneas de associação a algo de negativo sempre que na esfera pública se percebe que algo está em “crise”, até porque, numa lógica agregada, por norma, o tempo presente geralmente não é pior que o tempo anterior<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Esta constatação deve ser entendida, naturalmente, em termos sócio/económicos agregados e com a relatividade possível, em especial no período que baliza o conteúdo deste trabalho.

A perspectiva de tal ‘combate’ apontava sempre para um entendimento em que o que estava em causa eram apenas as dificuldades inerentes ao ato de avançar e, como tal, a necessidade de escolha do caminho a seguir é que provocava a inquietação própria da responsabilidade de ter de se tomar decisão de mudar ou ajustar o rumo do curso dos acontecimentos do nosso presente.

A relatividade das coisas e dos conceitos sempre foi algo que nos despertou alguma curiosidade. Daí, a oportunidade que agora se tem de tentar perceber de forma mais orientada e sistematizada se havia e/ou continua a haver, justificação para tal forma de estar e de pensar, tanto na nossa postura de relatividade face à “crise”, como no insistente determinismo negativista e vitimador expresso por aquelas audiências, e que, supostamente, nos envolve em permanência, trazendo a “crise” até ao patamar de mito, neste caso, da vitimização.

A tentativa de desconstrução de um mito — mesmo que potencial — é tarefa quase impossível pois este, “Primeiro estranha-se e depois entranha-se.”<sup>3</sup> (Fernando Pessoa). A narrativa consecutiva onde a palavra “crise” aparece prevalente, desempenha o eventual nefasto papel de fazer ‘entranhar’ a palavra narrada e não o “conceito” que a palavra encerra, pois aquele, como se pretende demonstrar, não tem adesão de facto à realidade coletiva. É neste plano de “tentativa de desconstrução” que nos encontramos, esperando conseguir ‘desentranhar’ aquilo que agora já não se estranha, aparentemente, por dose excessiva de presença no nosso léxico comum.

De acordo com o exposto acima, num primeiro momento abordam-se alguns conceitos operacionais de “crise” que entendemos representativos dentro das leituras efetuadas, faz-se referência a uma amostra de perceções de crise que são comuns ao nosso dia-a-dia e definem-se novas propostas de marcadores para caraterizar as ditas “crises” e as rebatizar segundo a nossa perspectiva, aproveitando para alocar os 3 fatores de “crise” identificados — políticas, energética, emprego/desemprego — acrescidos de um extra de âmbito geral — evolução societária — dentro das novas designações propostas. Na sequência, apresentam-se diferentes ângulos de análise do que se entende poder ser uma “crise” apontados por outros tantos autores de áreas do saber diversas.

---

<sup>3</sup> Slogan criado por Fernando Pessoa, em 1929, para a empresa Coca-Cola, com vista a uma campanha publicitária para introduzir em Portugal a bebida com o mesmo nome, entretanto, reconhecida mundialmente e que foi censurada e, como tal, banida do mercado Português até 1977, ano em que chegou e se sedimentou definitivamente no nosso País.

Num segundo momento faz-se uma viagem genérica sobre a história e as geografias das “crises” que a Europa viveu dentro das suas portas, algumas da sua responsabilidade, outras derivadas de fatores externos no período balizado pelo estudo.

Num terceiro momento, sobrevoamos o percurso da arquitetura institucional da integração da construção europeia desde os seus esboços iniciais até aos nossos dias.

Finalmente, fazemos um resumo do problema encontrado e da análise empírica, à guisa de resultado final, que serve de resposta à questão de partida desta dissertação.



# **1. Conceitos de “crise” e percepção(ões) do ‘estado’ de “crise”**



## 1.1. Os conceitos de “crise”

A palavra “crise” deve ser uma das mais ditas, escutadas, impressas, comentadas e justificadas que se nos apresentam todos os dias, em particular num contexto de debilidade económica, incerteza política e alguma crispação social associada, com que temos convivido ultimamente e, consultada a História, também continuamente. O foco é a Europa e Portugal, a que se tem de somar a quantidade de eventos e fenómenos críticos a nível mundial, cuja interdependência não é alheia à nossa realidade, ligados com questões sociais, de conflito bélico, religiosos, políticos, financeiros, migratórios, ambientais, filosóficos, entre outros.

É uma das palavras — senão ‘a palavra’ — que mais participa no nosso léxico quotidiano e é invocada, de uma forma quase indiscriminada, para tudo o que nos apoquenta ou que mexe com a nossa rotina, muita dela, inclusive, que nos é alheia e que está longe das nossas mais comezinhas preocupações diárias. No entanto, a “crise” entra-nos todos os dias pela casa dentro, pelas mais diversas fontes, mesmo que seja para sintetizar o ‘dia complicado’ vivido no escritório, justificando assim o ‘ar cansado’ apresentado ao jantar!

Não se encontrou uma definição para o conceito de “crise” que fosse exata, muito menos que fosse aproximada da perceção que se obtém nas nossas interações com a esfera pública que nos rodeia. Assim, só a “krísi” que se descreveu acima nos serve de referência. A este respeito, num artigo muito interessante sobre “As retóricas da crise em Portugal”, Fernando Ampudia de Haro, afirma:

“(…) defendemos a ideia de que existe, se quisermos, um número infinito de possibilidades de falar acerca da crise, mas apenas um número finito delas acaba por se concretizar em discursos socialmente relevantes; discurso que fixam as fronteiras e as condições daquilo que é debatido na esfera pública.”

(Haro, 2013)

Apesar da sobre dimensão do uso da palavra “crise”, numa análise um pouco mais detalhada, embora necessariamente diminuta pela amostra, quando se pede a um grupo de convivas que, individualmente, explique o que significa a “crise” de que fala, constata-se que tal justificação, se comparada com outras, tem apenas ténues ligações com as “crises” argumentadas (maioritariamente vazias de substância) por outros do mesmo universo de convivas.

Para além do sentido que lhe é atribuído e que está desviado, como vimos, do sentido original que a etimologia nos indica, estamos assim perante uma palavra que adquire significação própria consoante o emissor que a profere, eventualmente cristalizada na vivência, experiência e contexto particular de cada um.

Temos então uma palavra viva, talvez mutante e, por certo, com um grau qualitativo e mesmo quantitativo variável. Pode dizer-se, sem grande margem de erro, que há uma “crise” à medida de cada um, com significado particular para cada interlocutor e que varia, de forma aleatória, ao sabor dos acontecimentos e da perceção individual, dos contextos onde é proferida e do dramatismo que cada agente pretende imprimir a cada um dos acontecimentos que vivenciou. Multivalente, portanto.

O conceito base mais comum que está associado a “crise” tem, essencialmente, uma carga negativa subjacente, voltada para um estado de dificuldade, de necessidade, de disrupção, de mal-estar, de desequilíbrio, de conflito, de incerteza obscura<sup>4</sup> como se de um salto no vazio se tratasse, entre outras aceções mais ou menos ligadas com estados mentais e sociais desfavoráveis. Neste particular, Soromenho-Marques, num assomo muito típico da sua forma de estar, não se coíbe de criticar a academia quando nota:

“Infelizmente, também o discurso académico tem contribuído para enfraquecer a função de alerta contido no conceito originário de «crise», esmorecendo com isso o seu papel de antecipação das ameaças e perigos. Ao longo do melhor da nossa tradição intelectual tem havido um certo comprazimento, que vacila entre o pathos trágico e a exaltação épica, com o papel de demiurgo do novo, e mesmo de alegado agente do progresso, desempenhado pelas crises ao longo de toda a modernidade.”

(Soromenho-Marques, 2001:750)

Por outro lado, já voltada para a vertente positiva que a sua origem etimológica contempla, “crise” também pode significar, ou estar ligada, a transição, mudança, crescimento, desenvolvimento ou inovação.

Não obstante, é mais comum entender-se “crise” como palavra associada aos aspectos negativos.

Assim, a banalização do seu uso leva, por norma, a um estado de interiorização dos seus conceitos menos favoráveis. Soromenho-Marques assinala:

---

<sup>4</sup> ‘incerteza obscura’ por apontar para um salto cego, sem qualquer perspectiva ou ideia do que, ali entrando, se pode encontrar ou ter de enfrentar.

“O conceito de «crise» tem vindo a sofrer, tanto na linguagem quotidiana como no discurso académico, um processo de nivelamento, de perda da capacidade de ser um vector semântico significativo. A palavra tem sofrido um uso excessivo, aplicando-se para designar quadros críticos que vão da saúde mental ao funcionamento dos mercados de capitais. Tornou-se uma palavra ruidosa (buzzword), dominada pela ambiguidade.”

(Soromenho-Marques, 2001: 749)

Aliás, na lógica de discurso político, com que convivemos recorrentemente, “crise” é a palavra-chave para transpor uma mensagem de dramatismo e de alerta para as dificuldades passadas, presentes ou futuras, com que qualquer político precisa de se escudar para prevenir as suas dificuldades de levar a bom porto as promessas que fez e que, em última instância, ao assumir a intenção, determinação e responsabilidade de as resolver, conseguir convencer os eleitores a concederem-lhe o voto que o elege.

Haro aponta que, relativamente à palavra “crise”, “(...) A sua utilização depende, e muito, da posição em relação ao poder político efetivo — detentor ou aspirante — de que os usa, ou seja, dos seus interesses relativamente à manutenção do status quo ou à necessidade de realizar reformas. (...)” (Haro, 2013), o que vem ao encontro de Mathias Taler que, na entrada “crise” que redigiu para o *“Dicionário das Crises e das Alternativas”*, dá conta desta particularidade, notando que, a par do uso descritivo da palavra, este “(...) pode ser contrastado com um uso mais “performativo”. Por vezes, a palavra “crise” não é tanto usada para descrever uma situação difícil, e até perigosa, mas antes para agravar e até criar essa mesma situação. (...)” (Centro de Estudos Sociais, 2012: 68).

Também há “crises” que promovem a motivação extra necessária para criar um ambiente de predisposição (às vezes de euforia) coletiva que conduzem à superação de um problema, que só com uma grande massa de aderentes disponíveis para contribuir com o seu trabalho ou ação concertada (mesmo que não explícita) pode ver concretizada a sua resolução ou minimização de efeitos. Nestas, podemos falar da fome e da miséria<sup>5</sup> na perspetiva em que “(...) os Europeus, na medida em que produzem esforços, são, pois, também e sempre rebeldes à miséria. (...)” (Sloterdijk, 2008: 58)

Num outro registo, Lombardi (1975: 166), aproveitando o sentido etimológico da palavra “crise”, compara-a à liberdade de decidir e de sentenciar, misturando assim as duas palavras como significantes de um mesmo conceito “crise”, embora concedendo que “liberdade” tem uma autonomia própria.

---

<sup>5</sup> Temas também muito associados a “crise”.

Faz o mesmo com ‘pensamento’ e “crise”, alegando que “(...) não há um pensamento, mas apenas o indivíduo que pensa. (...)” (Lombardi, 1975: 159), e que, ao fazê-lo [pensar], elabora análises da sua experiência passada, produz juízos e toma decisões e faz escolhas, que são palavras que conjugam com a etimologia de “crise” que temos vindo a abordar.

Voltando ao “*Dicionário das Crises e das Alternativas*”, Clara Keating, na entrada ‘caos e ordem’, inscreve que “(...) Crises são lugares privilegiados de conhecimento. Colocam-nos nos abismos e vazios do que (ainda) não está lá. Permitem pensar a ação humana (...)” (Centro de Estudos Sociais, 2012: 42).

Há assim “crises” para todos os gostos, feitos, interpretações, conjeturas, vontades e interesses.

Daí, talvez, o estado contínuo de “crise” que pressentimos e que em nós se entranha, a ponto de assumirmos que estamos em “crise” permanente (Chesney, 2015).

## **1.2. A(s) perceção(ões) do ‘estado’ de “crise”**

Ora, a realidade da Europa, no período que se pretende analisar — um pouco mais de 60 anos a esta parte — mostra dados comparativos relativamente positivos, praticamente a todos os níveis socioeconómicos, o que contraria a noção negativa que circula e se percebe quando aparece a palavra “crise”. Resta saber se, em termos relativos, no seu uso não estará a ser confundido ou misturado o contexto particular vivido na atualidade com a evolução económico-social ao longo destas seis décadas.

Uma análise simples às estatísticas produzidas pelos diversos serviços de estatísticas nacionais e da União Europeia (UE) mostra essa evolução positiva, apesar dos sobressaltos que, a espaços, essas linhas de tendência apresentam ao longo das séries de dados que ilustram. A omnipresença do uso da palavra “crise” ao longo dos tempos — neste caso, reportados ao período de referência deste estudo — pode ou não fazer sentido quando, numa análise dos indicadores estatísticos de série longa correspondente àquele período, se assiste a melhorias socioeconómicas?

É o que se tentará confirmar. No entanto, tal como está escrito no poema<sup>6</sup> de Sofia de Mello Breyner, “(...) Vemos, ouvimos e lemos; Não podemos ignorar (...)”, que a palavra “crise” consta — para significar o estado do presente em que foram escritos ou proferidos

---

<sup>6</sup> “Cantata da paz”.

— nos discursos, declarações, conversas, livros, estudos, documentos oficiais, notícias, programas de orientação para objetivos futuros, entre outros, numa lista sem fim.

É curiosa a exploração da palavra “crise” em termos políticos, no sentido dado acima por Taler, mais parecendo que os responsáveis a usam para reforçar a ideia da dificuldade da sua missão para conseguir reverter a situação negativa em que recorrentemente classificam o ambiente político/económico/social que herdaram ou em que se sentem manietados por forças — outras — que tentam ultrapassar a sua capacidade política de as alterar. Tudo se torna ainda mais curioso quando são os mesmos políticos que passaram anteriormente pelos corredores do poder — logo, os principais responsáveis e mentores da situação que classificam agora como tão negativa — que professam tais justificações.

Uma “crise” é geralmente reconhecida por ser um estado transitório com maior ou menor duração relativa. Um estado de “crise” que se prolonga quase indefinidamente já aponta para um problema estrutural pelo que, no nosso entendimento, precisa de ser classificado de outra forma.

Será a “crise” um estado permanente ou é a melhor forma de criar tensão e chamar a atenção de todos para a emergência da resolução dos problemas do dia-a-dia?

Em todas as épocas, pelo menos desde que temos memória, a “crise” é a ‘Mãe’ de todas as justificações para se deixar de fazer aquilo que se queria, podia ou devia fazer e para colocar alguma tensão no ar.

Por norma, a “crise” mais abordada em trabalhos e publicações é a que tem que ver com as questões da economia, mercado e finanças. As questões ambientais também já têm cada vez mais espaço — Soromenho-Marques muito tem feito por isso, justiça lhe seja feita. As questões de política — governo, instituições e conflitos — estão essencialmente tratadas em peças jornalísticas e artigos de opinião, onde a subjetividade implícita — de alinhamento político ou de interesse corporativo — impera, pese embora esteja limitada na geografia, como assinalam Stråth e Wodak, “The autonomy of the journalistic field (at least in parts), however, is only true for democratic and not for totalitarian societies (...)” (Triandafyllidou et.al., 2009:17)<sup>7</sup>.

Ao analisar alguns dos episódios<sup>8</sup> mais marcantes da história da União Europeia (UE), necessariamente diminutos face à dimensão de eventos que aquela história nos proporciona, podemos perceber que muito dos “estados de crise” anunciados não o eram de facto, no sentido da dimensão de avaliação que a etimologia da palavra assinala, mas eram

---

<sup>7</sup> Tradução livre do autor: “A autonomia do jornalismo (pelo menos em parte), no entanto, só é verdade para as sociedades democráticas e não para sociedades totalitárias...” (in Triandafyllidou et.al., 2009:17)

<sup>8</sup> Ver cronograma sumário de eventos em anexo.

sim um apelo à necessidade de fazer escolhas determinantes, por estratégicas, quanto aos caminhos que estavam à nossa frente com possibilidade de serem prosseguidos.

Aqueles tempos de pós-guerra ou guerras, em cada tempo, eram de escolha entre caminhos percorridos durante séculos com resultados penalizadores, destrutivos e de razão sem sentido que, na grande maioria das vezes, eram motivados por objetivos vazios de fundamento válido e, quando algum tinham, satisfaziam apenas uma ínfima parte dos interesses comuns de uma Europa que era, é e representa, muito mais que a soma de todos os interesses juntos, mesmo que multiplicados por dez (*dizemos nós*). Estaremos aqui na presença de “crise” de cariz motivacional?

A escolha de uma Europa alinhada com a ‘economia de mercado’, de ‘cariz democrático’, a trabalhar em conjunto por objetivos comuns, ou uma Europa encerrada nos seus ‘becos nacionalistas’, mais facilmente controláveis por forças totalitárias, internas ou externas, com lógicas de planificação unitárias e menos respeitadoras das diversidades em que a Europa é paradigma.

Por outro lado, outros temas anunciados também ‘naqueles tempos’ como em ‘estado de crise’, passados ‘aqueles tempos’, continuam a ser classificados como em “crise” no tempo presente. Ora, não nos parece que um estado de “crise” possa perdurar 70 anos.

Estamos mais convictos que, naqueles casos, não se trata de uma “crise” na aceção etimológica abordada, mas tratar-se-á sim de um problema estrutural, uma debilidade permanente, um problema cuja dinâmica do seu desenvolvimento não permita uma resolução ou então um processo de inquietude fase a uma evolução no percurso quando tem de ser desbravado e não há referência orientadora para comparar.

Temos assim definido como hipóteses quatro categorias de classificação de eventos/fatores críticos (a que chamaremos ‘marcadores’) que comumente se designam como “crise”: debilidade estrutural; debilidade permanente; problema dinâmico; evolução societária.

### **1.3. Definição de novos marcadores**

#### **1.3.1. Debilidade estrutural**

Debilidade estrutural, quando o que está em causa é a arquitetura do sistema que se encontra em funcionamento e cuja resolução cabe apenas à nossa vontade e capacidade de intervir para o adequar à realidade do presente. É a base institucional

fundamental para que todo o edifício social funcione com uma organização mínima de coerência. Na esteira de Jean Monnet, é consensual nas nossas sociedades que as instituições são pedras basilares da nossa estrutura social e é na maior ou menor confiança que delas emana que a sociedade apresenta maior ou menos coesão.

### 1.3.2. Debilidade permanente

Debilidade permanente, quando, no estado de conhecimento atual, não dispomos dos meios necessários para a resolver sem a intervenção de terceiros. É um processo semelhante a uma dependência congénita, onde existe um défice constante entre os nossos ativos e os nossos passivos que nos tolhe, mas que, no caso da Europa, nem por isso nos impede de avançar e, pese embora tenha solução, está sempre lá a constranger.

### 1.3.3. Problema dinâmico

Problema dinâmico, quando não permite uma resolução definitiva, pois é fator de criação de instabilidade permanente, algo como na matemática se designa como um ‘sistema dinâmico não linear’<sup>9</sup>. É um processo com um resultado insolúvel e que contraria a possibilidade de existência de um quotidiano estável (Fontes, 2013), com reflexos tanto a nível do indivíduo como da coletividade.

### 1.3.4. Evolução societária

Evolução societária, quando é a pulsão imperiosa dos acontecimentos correntes — na prática, o somatório de todas as interações ocorridas até ao presente — que nos impelem a continuar a avançar e a redesenhar uma organização pessoal ou coletiva, que permita acomodar todas as relações de força em presença.

Naquelas relações, é já incluída a perspetiva de eventuais acrescentos de outras relações de força que possam aparecer ou estejam em vias de aparecer.

---

<sup>9</sup> Sistemas (matemáticos) que têm um comportamento aleatório, não equilibrados ao longo do tempo e cuja periodicidade não é constante, cujo resultado futuro está constantemente dependente de um acontecimento presente que se altera à medida de pequenas flutuações de um fator aleatório atual.

É também um processo de resultado insolúvel, pela imprevisibilidade demonstrada no adivinhar do futuro.

Talvez este processo de ‘evolução societária’ seja a principal fonte do fenómeno de incorporação mental da “crise”, aparentado com o ‘entranhar’ de que falava Pessoa.

#### **1.4. As “crises” alocadas dentro do estudo**

De uma forma sucinta, podemos distribuir algumas das “crises” mais referenciadas dentro daquelas quatro categorias (marcadores) do seguinte modo: na primeira — debilidade estrutural —, as “crises” políticas (embora também tenham ligação com a terceira e a quarta); na segunda — debilidade permanente —, a “crise” energética; na terceira — problema dinâmico —, as “crises” do emprego/desemprego (embora também tenham ligação com a segunda); na quarta — evolução societária — as alterações institucionais de adaptação — por exemplo os Tratados — às novas circunstâncias de relação de poder quando há alteração de geografias de influência e é necessário acomodar todos os potenciais interesses em presença (também com ligação com a primeira), sendo certo que aqueles ajustes institucionais nascem como resposta, essencialmente, aos problemas sentidos no presente e tentam alguma antevisão do incerto futuro.

##### **1.4.1. As “crises” políticas**

No caso particular das “crises” políticas (uma saga sem fim), o objeto e os atores mudam constantemente (benefício da democracia) e faz parte da natureza do exercício da atividade política a manutenção de um estado de tensão permanente que mais não é que uma luta incessante pelo acesso ao poder que impele os que lá estão a exercê-lo, a fazer melhor, pois, caso não o façam em tempo útil, serão substituídos por outros protagonistas.

Se são melhores os substitutos que os substituídos, nunca se sabe, mas aí, o instituto do voto, com a sua singularidade pendular, permite regular a prazo qualquer percalço ou mau julgamento na experiência em curso.

É uma das “crises” típicas da Europa, das boas neste caso, pois devido à sua heterogeneidade geográfica, política e administrativa, está sempre em permanente sobresalto democrático — ou será “crise”?

Não há ano, ou até mês<sup>10</sup>, em que algures na Europa não esteja a decorrer um processo eleitoral — eleições locais, regionais, estaduais, federais e nacionais, a que soma ainda a europeia. Assim, uma categorização de ‘debilidade estrutural’ (pese embora, ligar ‘debilidade’ a ‘democracia’ nos deixe um pouco infelizes)<sup>11</sup>, de ‘problema dinâmico’ ou ‘evolução societária’, tem perfeito cabimento na diversidade que encerra o conceito de democracia.

Será que esta “crise” (democrática) trouxe algum retrocesso civilizacional, ou reforçou aspetos negativos que conduzissem a tal perceção? Não cremos.

Trouxe — ou traz — uma constante inquietação — que diríamos, positiva — pois ‘obriga’, permanentemente, o cidadão europeu a fazer escolhas. Escolhas que promovem a reflexão, a análise e a revisão do seu passado recente, os prós e os contras de uma governação política que o afetou, afeta e que terá repercussões no seu dia-a-dia e no da comunidade, de que faz parte, como um todo.

#### 1.4.2. A “crise” energética

No caso da “crise” energética, é uma debilidade permanente da Europa — que não tem capacidade de se abastecer autonomamente<sup>12</sup> — e que ficou exposta de forma evidente com as “crises” do petróleo dos anos 70 e 80 do século passado e que, entre outros, recentemente teve mais um episódio de tensão que prova a sua fragilidade com a ameaça de corte de abastecimento de gás por parte da Rússia.

As tentativas de desenvolvimento de fontes de energia alternativas — atómica, eólica, solar, marés, geotérmica, entre outras — que não as fosseis — petróleo, gaz e carvão — não se têm revelado suficientes para pôr cobro a esta debilidade.

No entanto, a política energética na UE, apenas passou a ser considerada como relevante a partir de 1996<sup>13</sup>, momento em que surgiu o primeiro pacote legislativo relativo ao Mercado Interno da Energia<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Não verificamos se este limite temporal é exato, mas não deve andar muito longe da realidade se tivermos em conta o conjunto de todos os países da Europa — não só os 28 da UE — mas o conjunto dos 47 que fazem parte do Conselho da Europa.

<sup>11</sup> ‘Infelicidade’ que releva da circunstância de não ter encontrado uma palavra mais ‘feliz’ que ‘debilidade’ para juntar com democracia.

<sup>12</sup> Segundo dados de Eurostat de abril de 2013, o conjunto dos Estados Membros da UE importavam, em 1995, cerca de 43% e, em 2012, cerca de 53% dos combustíveis fósseis consumidos.

<sup>13</sup> A este respeito da Política Energética da UE, conferir Fichas Técnicas sobre a União Europeia em [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU\\_5.7.1.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.7.1.html).

<sup>14</sup> Diretiva 96/92/CE.

Será esta a “crise” permanente da Europa? Não. É sim uma ‘debilidade permanente’ pois, a avaliar pelos dados das últimas duas décadas<sup>15</sup>, o diferencial entre a necessidade de consumo e a capacidade de abastecimento próprio da Europa, essencialmente a ocidental, é preocupante e muito penalizador em termos geoestratégicos, pela dependência de fornecedores externos que apresenta.

### 1.4.3. A “crise” do emprego/desemprego

No que toca à “crise” do emprego/desemprego, é uma debilidade dinâmica pois, em termos agregados, a UE apresenta recorrentemente taxas de desemprego bastante acima do que é considerado como taxa de desemprego natural<sup>16</sup> e, analisando as tendências estatísticas que mostram os dados do emprego/desemprego, verifica-se que o desemprego se situa a um nível elevado — na ordem dos 10%<sup>17</sup>.

Embora esta temática seja de exclusiva competência dos Estados, há por parte da UE uma recorrente tomada de atenção para o problema, a avaliar pelas consecutivas referências demonstrativas de preocupação que aparecem nas Conclusões das diversas cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo da UE.

O papel da UE nesta matéria é apenas de promoção de iniciativas de coordenação de políticas com os Estados Membros o que é manifestamente insuficiente, para a dimensão preocupante do problema, a avaliar pelo longo histórico de persistência que o tema mantém em cima da mesa sem haver variação significativa dos indicadores de tendência em termos agregados.

Acontece que o emprego/desemprego não é algo que possa ser coordenado verticalmente esperando que os resultados sejam repercutidos diretamente segundo o desenho superior. Há uma dimensão mais micro que a influencia, embora beneficiando de externalidades positivas promovidas a nível macro.

Resumindo, não é a UE que pode resolver diretamente o problema de emprego/desemprego nos Estados. Pode sim proporcionar condições de desenvolvimento — vide fundos para formação profissional e para a criação de infraestruturas que possam

---

<sup>15</sup> Ver nota 12.

<sup>16</sup> Em termos gerais é a taxa de desemprego que no longo prazo, tendencialmente, não é possível eliminar a cada momento pois há sempre alguém que estando em processo de mobilidade laboral está em trânsito para um outro emprego (FRIEDMAN, 1968: 121).

<sup>17</sup> Ver <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (2017, 20 de abril).

facilitar a instalação e criação de empresas, designadamente — que os estados podem alavancar para promover a criação de emprego qualificado e adequado às necessidades da sua economia, aproveitando com eficiência os fatores de produção disponíveis — recursos humanos, matérias primas e capital.

Estaremos aqui também perante uma “crise” permanente da Europa/UE? Não.

Neste caso estamos em presença de um processo dinâmico de ajustamento contínuo, pois os fatores exógenos e endógenos que influenciam aquela taxa têm uma variabilidade de muito difícil controlo e estão em permanência sujeitos a tensões de sentidos contraditórios que não permitem uma estabilidade que não seja de ordem tendencial.

#### 1.4.4. A Mãe de todas as “crises”: evoluir (evolução societária)

Por último, quanto à “crise” de evolução societária, é um estado permanente justificado intrinsecamente pela condição da natureza humana, que está sempre em movimento — preferencialmente positivo — reagindo a todos os efeitos de incómodo, tentando progredir, melhorar e não se deixando acomodar ao estatismo da estabilidade por muito tempo. Neste particular, mais uma vez, a perspectiva de um ‘quotidiano estável’, sendo legítimo quando se abordam questões de escala indivíduo, já não o são tanto quando a perspectiva sobe na escala para o nível sociedade.

É o rolo compressor social que impele os indivíduos para o contínuo movimento no sentido do avanço e do desenvolvimento e, o inverso não é verdadeiro, pois mesmo conferindo alguns exemplos de indivíduos que pela sua predominância, de e no poder, em determinadas sociedades ao longo da História, que promoveram estagnações no desenvolvimento das suas sociedades, tão logo desapareceram de cena, as sementes do desenvolvimento voltaram a desabrochar com vigor.

Como exemplo deste processo vamos considerar a constante adaptação institucional que a UE nos tem proporcionado com revisões sucessivas dos seus Tratados.

#### 1.5. O quarteto de hipóteses em análise conjunta

Considerando as quatro categorias colocadas acima como hipóteses, podemos afirmar que, à luz do étimo da palavra, não são “crises”, mas podem estar a ser percecionadas como tal e, daí, o mito estar a tornar-se uma potencial realidade, talvez porque as pes-

soas convivem diretamente com esta realidade diariamente, transformando-a em mito, muito provavelmente também com a ajuda da retórica e narrativas insistentemente emitidas e comunicadas pelos diversos meios que se encontram disponíveis na esfera pública.

### 1.5.1. A perspetiva comunicacional

Para avaliar o processo de construção comunicacional de uma “crise”, recorreremos a Martins Lampreia que, em 2007, publicou um livro com o sugestivo título “*Da Gestão de Crise ao Marketing de Crise*”, onde aborda de forma operacional toda a envolvente do ‘risco’ associado a uma “crise”, nomeadamente no que toca à gestão comunicacional de um evento de “crise”, desde a sua antecipação até à sua resolução.

A tónica, naturalmente, está centrada no ambiente empresarial. Contempla todos os aspetos de gestão de uma suposta “crise”, começando pela preparação para a eventual ocorrência de um evento extraordinário que coloque em causa a rotina operacional normal de uma empresa até à comunicação a desenvolver com o exterior caso tal evento aconteça.

Todo o planeamento é feito tendo por base uma classificação graduada quanto ao tipo de potenciais eventos que podem ser espoletados, dividida em cinco níveis (graus) a que corresponde um crescente grau de atenção e cuidado a colocar no nível hierárquico que deve intervir em cada caso.

Em resumo, ao nível micro, se considerarmos uma empresa ou grupo de empresas com um nível incomensuravelmente menor que o seu correspondente macro — um Estado —, quando se fala de uma “crise” política, financeira ou social, uma “crise” é sempre uma “crise” e os princípios semânticos que se lhe aplicam, no que toca ao aspeto de ‘avaliação’ ou de ‘decisão’ como vimos acima, é, grosso modo, o mesmo.

Estão lá o ‘ciclo de vida’, o âmbito, a comunicação, a perceção do risco, os instrumentos de gestão e o papel dos *media* em todo o processo de “crise”.

Quanto ao ciclo de vida da “crise”, estará sempre dependente da dimensão e âmbito do problema que a origina, estando também aí ligado o tipo e grau de comunicação que deverá acompanhar a interação com os terceiros. Já no que toca à perceção do risco, para além da comunicação, terão de ser tidos em conta os diferentes públicos que

potencialmente poderão ser atingidos pela “crise” pois, como é sabido cada “crise” tem alvos mais ou menos vulneráveis e alvos que podem beneficiar com a mesma, ou como refere Fonseca-Statter “(...) há sempre uns (a maioria) que sofrem com isso e outros (a minoria) que acaba por ganhar com isso. (...)” (2009: 15).

Lampreia (2007) refere-se à relação com os *media*, de uma forma muito particular, apontando para o cuidado a ter com a forma de comunicar o evento de “crise”, o cuidado com o momento, o contexto, o público destinatário da comunicação e mesmo o nível de síntese a ter quando se está perante um jornalista com uma câmara de televisão à frente e a concisão e clareza — com a menor tecnicidade possível — que se deve ter na narrativa a transmitir.

Esta preocupação é derivada do conhecimento sobre o tempo escasso que aquela mensagem vai ter de exposição mediática e a mais que provável dificuldade que o jornalista destacado para cobrir o evento (por norma generalista e não especialista no tema) tem para processar a informação e a colocar ‘no ar’<sup>18</sup>.

Conhecendo *a priori* estes mecanismos de processamento de uma mensagem em contexto de “crise”, quase podemos afirmar que uma “crise” é — ou pode ser — aquilo que a ‘autoridade’ mensageira (o entrevistado) ‘quer’ que ela seja!

### 1.5.2. A “crise” do ponto de vista alargado

Extrapolando estes mecanismos de controlo de informação a disponibilizar para uma “crise” de dimensão política, económica ou social de âmbito, pelo menos, nacional (que tem sempre espaço mais alargado no tempo de antena ou de páginas da imprensa escrita), então, faz todo o sentido, a possibilidade de ‘exaltação’ e de ‘ambiguidade’ a que se refere Soromenho-Marques (2011). É, afinal, o ‘marketing de crise’ a funcionar.

Esta linha de análise leva-nos a reforçar a ideia de que uma “crise” propalada aos sete ventos, pode, de facto, não ser bem uma “crise”, mas uma construção de um cenário de conotação negativa, essencialmente, que já está assumido como interiorizado pelos recetores.

Apresenta-se-nos como sendo o aproveitamento de um certo efeito psicológico pré-concebido, como se de um físico reflexo pavloviano de massas se tratasse.

Estamos a entrar no patamar da ‘construção virtual da realidade’.

---

<sup>18</sup> Televisão, rádio, redes sociais e imprensa.

### 1.5.3. A “crise” como narrativa construída

Estamos no domínio da ‘construção da narrativa’, onde impera uma luta política constante que promove o que Stråth e Wodak referem, citando Bourdieu, “(...) Politics is a struggle to impose the legitimate principle of vision and division (...)”<sup>19</sup> (Triandafyllidou et.al., 2009). A similitude que se pode encontrar no contexto empresarial em que assenta a narrativa da gestão de “crises” de Lampreia e a do contexto geral do que pode ser entendido como “crise” é, em tudo, quase mimético ao que nos envolve a nível político, económico, social, ambiental ou até desportivo.

Desta forma, voltamos a ser conduzidos ao mote inicial da relatividade do conceito de “crise” que nos leva a esta investigação e que, aparentemente, nos começa a revelar claramente, para já, que pode haver uma intencionalidade subjacente à permanência do uso do termo “crise” de forma sistemática e até, no nosso entender, poderá configurar uma atitude abusiva.

### 1.5.4. As perspetivas alternativas: mística e libertadora

Por outro lado, pode ainda estar em causa uma outra dimensão da perceção de “crise” (neste particular, diga-se de passagem, um pouco catastrófica<sup>20</sup> e cuja análise sai fora do âmbito deste estudo, mas mesmo assim de apontar até pela característica quase mística que revela) e que é o que estará para lá dela (“crise”), como refere Meyronnis:

“(…) On parle souvent de «crise» en termes moraux, sociaux, économiques, voire anthropologiques, mais rarement on se demande ce qu’elle se tient en réserve; ce qui en elle excède économie, morale, société, et jusqu’à l’étroitesse des définitions habituelles de l’humain. (...)”

(Meyronnis, 2014: 104)<sup>21</sup>

Lombardi, na sequência da mistura das palavras “crise” e ‘liberdade’, como referido acima, não partilha desta deriva mística pois afirma “(...) em face do conceito de

---

<sup>19</sup> Tradução livre do autor. “(...) Política é uma luta para impor o legítimo princípio da visão e da divisão (...)” (Triandafyllidou et.al., 2009)

<sup>20</sup> Embora seja uma palavra que condiz muito bem com a perceção geral que tentamos combater:

<sup>21</sup> Tradução livre do autor: “(...) Costumamos falar sobre “crise” em termos morais, sociais, económicos e até mesmo antropológicos, mas raramente nos perguntamos o que ela tem em reserva; o que nela excede economia, moralidade, sociedade para fora da estreiteza das definições habituais do ser humano (...)” (Meyronnis, 2014: 104).

pensamento como crise..., o realizar-se da liberdade..., como esta liberdade ou crise não é de todo espiritual, mas se enraíza no efetivo ser do indivíduo como espírito-corpo ou todo unido. (...)” (Lombardi, 1975: 167).

É a identificação do momento inicial e do acompanhamento da sua evolução e percurso até ao seu eventual epílogo, que vai determinar a classificação se estamos perante um estado de “crise” na conceção semântica da ‘krísis’ grega — ‘avaliação’ e ‘decisão’ — ou se estamos perante uma “crise” que nos colocou em pior situação relativa que a vivida anteriormente, numa lógica de série longa, mais na esteira dos ciclos de Kondratieff <sup>22</sup>.

Aparentemente, é o ‘mito vitimador’ que acompanha a palavra, mas como, recorrentemente, é usada fora do conceito, o contexto em que é aplicada, no nosso entendimento, não se pode (ou não se deve) ligar diretamente à realidade agregada.

Deste modo, tem de haver uma visão de relatividade face à declaração de um estado de “crise”.

Quando nos encontramos no meio de um turbilhão comunicacional, de psicologia de massas, onde os atores políticos e comunicadores ‘residentes’ nos diversos meios de comunicação social, repetem e alegam à exaustão os seus receios, preocupações — como é o caso desta nossa sociedade que vive e se alimenta das notícias que jorram de todos os lados sem se saber em concreto de onde partiram — e, muitas vezes, atrelados a posições dogmáticas de circunstância ou de atavismo tático — seguindo as orientações políticas superiores —, com mensagens convenientes ao ‘ar dos tempos’, então, as camadas de filtros a sujeitar a tais declarações devem ser sempre aplicadas de forma prudentemente profusa para que não sejamos infetados por pseudo narrativas que, por norma, servem apenas os interesses de uma minoria e não o interesse do coletivo.

Aliás, a noção de exacerbação do ‘coletivo’ funciona muito bem nesta perspetiva de comunicação massificada pois, repetindo à exaustão, por diversos meios, uma determinada notícia anunciadora de “crise”, mesmo que a dita apenas afete momentaneamente uma reduzida franja do espectro populacional ou geográfico e fazendo-o de forma mais ou menos dilatada no tempo, tem como efeito uma espécie de consolidação/incorporação mental da mensagem, que leva os indivíduos a assumir de forma perene o assunto como potencialmente importante e preocupante, visto induzir um fundamento de “crise”.

---

<sup>22</sup> Economista russo que desenvolveu uma teoria de ciclos longos da economia que funcionariam em 4 fases: prosperidade, recessão, depressão e inovação com duração total entre os 40 e 50 anos para completar o ciclo.

O menor cuidado individual na filtragem da razoabilidade de tais conteúdos, aliado à natural multiplicação social por outros indivíduos que daquela forma também a incorporam e com quem partilhamos a experiência, gera um efeito multiplicador, tipo bola de neve a descer uma montanha, que deixa de ser controlável e que nos esmaga no fundo, não nos deixando outra visão que não a de estarmos mergulhados num imenso oceano de “crise”.

## **2. A história e a geografia das “crises” na Europa**



É longa a lista de eventos críticos (episódios) que a Europa viveu desde tempos imemoriais, tanto internos como externos. Estamos a falar de um longo calendário de mais de 5 milénios de páginas, das quais vamos considerar apenas os dois últimos milénios, aqueles que comumente veem a sua datação complementada com a referência ‘depois de Cristo’. Simplifica-se classificando aqueles episódios em duas categorias: internos e externos.

## 2.1. Os episódios internos

Nos episódios internos, são as lutas por território e pelos recursos dos vizinhos, que nos surgem em lugar de destaque<sup>23</sup>. A geografia que aqui aparece subjacente é o continente europeu como um todo, pois estas lutas, conquistas e reconquistas tinham origem e contentores que se situavam dentro do espaço europeu. Em complemento e sem intenção de os ordenar por importância, identificamos um segundo conjunto de problemas críticos que são geograficamente transversais à maioria do espaço europeu e que o são também em termos temporais: dependência energética; nível de desemprego agregado; ambiente; segurança/terrorismo; economia; poder político. Todos estes fatores, reconhecidamente apontados como aspetos críticos da gestão/governança europeia, não são exclusivos da Europa, têm origens e implicações globais, logo também são externos.

No entanto, falar de “crise” — na aceção de evento localizado temporalmente — sobre qualquer um deles, parece redutor, pois no nosso entendimento são todos fatores que apontam para as três primeiras categorias definidas anteriormente: debilidade estrutural, debilidade permanente e problema dinâmico. Neste particular dos ‘episódios internos’, a categoria ‘evolução societária’ ainda encontra menor adesão ao processo, a não ser que se entenda a análise numa perspetiva de movimento de oscilação de relações de poder civilizacionais onde as deslocações são pendulares ora num sentido ora noutro mas que têm sempre de ser entendidas e estudadas em linhas de tendência de grande espectro, leia-se, com sinusoidais com ciclos de vários séculos o que, pelo que se justificou para as outras três categorias, torna a dimensão de “crise” ainda

---

<sup>23</sup> Há algumas exceções, que marcam alguma estabilidade geográfica, de que é exemplo a relativa rigidez dos marcos de fronteira em Portugal desde o séc. XII a esta parte.

mais alargada e que, como vimos, não faz sentido que o âmbito da “crise” permanente seja aplicada ao Mundo no seu conjunto e, acrescente-se, desde sempre.

## **2.2. Os episódios externos**

Nos episódios externos, ressaltam as incursões islâmicas ocorridas no primeiro milénio, e mais recentemente (com vista a focar no âmbito temporal desta dissertação), já no séc. XX, os acontecimentos derivados de fatores de esgotamento endógeno, provocados pelas Grandes Guerras. Aqui, a geografia entra com contendores que já têm origens, alguns, de fora do espaço europeu: África, Ásia e América.

Quanto aos primeiros — África —, ficaram-se pelo primeiro milénio. Os segundos — Ásia —, como têm uma relação de extensão territorial que se mistura ou confunde, na parte leste, com o território da própria Europa, estão sempre presentes ao longo da história. Os terceiros — América —, surgem na Primeira Grande Guerra, mas é na Segunda Grande Guerra que aparecem em peso e marcaram em definitivo a grande transformação da Europa na forma de se organizar internamente.

## **2.3. A delimitação do espaço temporal**

Porém, temos de nos situar e, como tal, dar conta que a preocupação essencial desta análise aponta para um período ainda mais reduzido, desde meados do séc. XX até à atualidade — 60 anos. Estas seis últimas décadas são férteis em episódios críticos<sup>24</sup> — marcadores — para a Europa, em geral, e para a UE em particular. Vamos ater-nos aos que a UE protagoniza, conscientes que os acontecimentos que a envolvem não são estanques ao todo da Europa e vice-versa.

Para tentar entender aquelas seis dezenas de anos, temos que recuar mais ou menos outros tantos anos para contextualizar o problema, e René Rémond (2009) explica-o de forma sucinta e clara, mas com uma visão elevada que nos permite perceber as razões fundamentais que trouxeram, desde finais do séc. XIX, a Europa a este limbo de sensação de “crise” permanente.

---

<sup>24</sup> Ver em Anexo, cronogramas sumários com episódios críticos dos últimos 60 anos: na Europa - Quadro 1 e Quadro 2; no Mundo - Quadro 3.

Rémond começa por declarar que “As duas guerras a que chamamos mundiais foram essencialmente guerras europeias, em que a Europa se dilacerou, delapidou os seus recursos e voltou contra si as próprias forças.” (Rémond, 2009: 444).

Quanto à Primeira Grande Guerra, refere:

“ (...) reconhecemos que certos aspectos do reordenamento territorial que se seguiu à Primeira Guerra Mundial causaram prejuízos a todo o continente: a destruição da Áustria-Hungria, fragmentando a Europa danubiana, criou uma zona de fragilidade cujo vazio teria de excitar a cobiça das nações de proa (...) O desmembramento da dupla monarquia, o grande movimento das nacionalidades, se, por um lado, realizou uma poderosa aspiração dos povos, por outro, debilitou a Europa como entidade colectiva.”

(Rémond, 2009: 444)

Na sequência, quanto à Segunda Grande Guerra, afirma, referindo-se às consequências:

“Será impossível imaginar uma inversão tão completa e dramática da situação. A Europa deixa de existir como potência; na prova suprema que é a guerra constituiu um campo de batalha, um palco, e não um actor. Os vencedores são exteriores ao continente: o mais europeu dos três, a Grã-Bretanha, é insular e mais virado para os grandes espaços ultramarinos, a Rússia está a cavalo entre a Europa e a Ásia, os Estados Unidos ficam para lá do oceano. O destino da Europa decide-se fora dela (...) A sua segurança depende dos dois grandes (...) a Aliança Atlântica, dirigida pelos Estados Unidos, e o Pacto de Varsóvia, pela União Soviética.”

(Rémond, 2009: 444)

É este o quadro de partida da Europa após 1945. Dividida em dois blocos controlados pelo exterior. Destruída. Arruinada para fazer face à reconstrução. Desunida.

## **2.4. O ponto de viragem**

Talvez esta seja, de facto, uma verdadeira “crise”, no sentido da desgraça e rutura com o passado de poucos anos atrás.

Um cataclismo, para se ser um pouco mais assertivo na escolha do termo que tenha um significado mais coerente e consistente com a realidade. Pior que aquele estado de destruição, ruína, desunião e conseqüente dependência a que chegou, só mesmo a não existência.

Mas a Europa existe, tem território e tem, ainda, uma massa humana que conseguiu resistir e sobreviver àquelas adversidades.

No entanto, as dificuldades da Europa sempre estiveram presentes e, no que toca aos vizinhos, aparentemente, nada mudou.

## 2.5. A “crise” que vem de Leste

Por outro lado, a Europa tem uma ameaça potencial, que se vislumbra a Leste, que a apoquentam e que, apesar de se sentir exaurida de força, pelo esgotamento que Rémond (2009) assinala, a coloca de sobreaviso, pois o estado de debilidade já a fez perder para o seu vizinho vencedor do Leste uma parte significativa do seu espaço geográfico e dos recursos que continha e, se nada for feito, todo o resto será contaminado e, a prazo, perdido também. Aquele vizinho, quase sempre foi promotor de más memórias e os receios entranhados são sempre difíceis de obliterar mesmo quando o tempo que passou é longo.

## 2.6. A “anticrise” que vem de Oeste

A solução estava ou passava pela ação de um dos vencedores — o que chegou do último continente, como se assinalou acima —, protagonizada pelos Estados Unidos que percebeu, finalmente, o poder que tinha: estava no terreno e tinha recursos para ajudar na reconstrução de um espaço que pertencia aos seus antepassados e que serviria, se forte, como espaço de contenção de uma eventual investida de exploração da fraqueza da Europa, por parte do outro vencedor que vinha do Leste.

Os Estados Unidos perceberam que se não contivessem os vizinhos do Leste da Europa nas fronteiras territoriais até onde já tinham chegado, mais tarde ou mais cedo eles continuariam a sua marcha até ao Atlântico e aí, em termos geoestratégicos, seriam os Estados Unidos a ficar manietados, pois o segundo dos dois grandes oceanos que os protegem<sup>25</sup> deixava de estar livre e, conseqüentemente, o exercício do poder que tinham ficava limitado ao seu vasto território que, justamente por ser vasto, precisa de barreiras naturais poderosas (oceanos) para o salvaguardar.

Foi a ‘sorte’ da Europa. Como assinala Rémond, referindo-se ao Plano Marshall:

“(…) os países europeus careciam de um mínimo para voltarem a pôr a sua economia em movimento. [...] Mas a Europa também se ajudou a si mesma [...] dispunha de um capital em recursos humanos: uma mão-de-obra qualificada, tradições seculares de competência técnica, um nível relativamente elevado de instrução, grandes capacidades de invenção e de organização.”

(Rémond, 2009: 447)

---

<sup>25</sup> A par do Oceano Pacífico.

Esta capacidade instalada e o apoio certo e pragmático dos Estados Unidos, permitiram à Europa recuperar a sua pujança económica num espaço de tempo sem paralelo, tendo em conta o ponto de devastação de onde partiu. Mas, como é sabido, “não há almoços grátis”. A Europa perdeu todo o poder de influência sobre parte substancial do Mundo que controlava através das suas colónias, o que teve como efeito a perda de acesso direto às matérias-primas que alimentavam a sua indústria, passando a estar sujeita à concorrência comercial dos novos Estados saídos da descolonização. Foi mais uma “crise” ou uma mudança do paradigma económico?

## **2.7. A(s) resposta(s) da Europa à “crise”**

### **2.7.1. Primeira: a parte dolorosa da resposta**

Foi uma “krísi”. Foi uma decisão motivada pela escolha de deixar de suportar os custos de manutenção de uma estrutura de colonização para a qual não havia recursos, pois a necessidade era concentrar todos os esforços na reconstrução da terra mãe que servia de base para essa capacidade colonizadora. Naturalmente, muito mais fatores haveria a aduzir para justificar esta mudança de paradigma, em particular o cansaço de guerra e a incapacidade física e material de continuar com esse esforço, aliado ao aumento da pressão interna dos colonizados ao perceberem a fraqueza dos colonizadores e o natural aliviar, por exaustão, da tenaz opressora e controladora das possessões.

Não obstante, a análise de cada um daquelas dimensões, pese embora a nossa convicção da grande importância que teria para ajudar a explicar aquela mudança de estratégia geocêntrica da Europa, está para lá do escopo deste trabalho.

A Europa passou de potência dominante sobre o Mundo para uma posição que a levou a ter de confinar-se apenas ao seu território natural, do qual, como vimos, metade estava dominado ferreamente por um vizinho que nunca lhe tinha trazido grande mais-valia, era fonte de preocupação acrescida dada a conjuntura política e económica e que, por via disso, a obrigava a uma posição de resguardo qual “(...) põe-te em guarda (...)” da canção<sup>26</sup> de Sérgio Godinho, e o resto que ainda tinha sobre seu controlo — a ‘sua casa’ — tinha-a vigiada por outro vizinho que teve de vir do outro lado do oceano para lhe fornecer todos os instrumentos para resolver o conflito e ajudar a recuperar do trauma a que se submeteu ou autoinfligiu.

---

<sup>26</sup> “Balada da Rita” de Sérgio Godinho.

## 2.7.2. Segunda: a parte motivadora da resposta

A Europa não tinha como fugir a este quadro político e económico. Estava partida, destruída e manietada (Rémond, 2009). Grande momento crítico ou, por certo, ‘o momento’. Não será este momento o referencial daquilo que devemos entender como o que é uma “crise” no sentido etimológico? Sim estamos perante uma “crise” que é uma “krísi”.

Na sequência daquela autoflagelação coletiva com contornos de morbidez épica, com as potenciais ameaças de Leste e a vigilância apertada e orientadora do Oeste<sup>27</sup>, a Europa tem o seu momento de “krísi” no sentido etimológico, pois fez uma avaliação e tomou a decisão de inverter o paradigma do seu relacionamento interno de vizinhança. Estabeleceu um acordo para erigir uma comunidade europeia<sup>28</sup>, fundada em regras de cooperação estreitas e relativamente independentes da decisão individual de cada um embora, em consenso, subordinadas aos interesses de todos.

Não era nova a ideia de uma Europa unida (Green, 2007: 33-36), já tinha reminiscências de vontade de futuro anteriormente expressas por diversos políticos, filósofos, pensadores, académicos e religiosos desde há alguns anos, até séculos, onde era apontado o caminho que agora conhecemos e que foi finalmente colocado em prática.

É sabido que é sempre mais fácil construir algo a partir de uma folha em branco e a Europa, embora não fosse uma folha completamente vazia naquele momento, o que lhe restava não dava suporte a dogmas sectários de antanho e, por isso, a solução só podia ser outra que não aquela que a tinha trazido até ao vácuo.

### 2.7.2.1. Resposta de geografia limitada

Tudo isto, num primeiro instante, com uma geografia limitada<sup>29</sup> ao centro nevrálgico de eclosão do conflito acabado de terminar, mas desde logo aberto à possibilidade de se ver aumentada por todos os países que estivessem interessados em

---

<sup>27</sup> O ‘Plano Marshall’ é a espoleta deste controlo do ‘amigo americano’ e serve de orientação para a necessidade de uma conjugação de esforços coletivos para se sair do impasse destruidor em que a Europa se enredou.

<sup>28</sup> Tratado CECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, assinado em Paris, em abril de 1951 e que entrou em vigor em julho de 1952.

<sup>29</sup> Seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

participar nela e que cumprissem os princípios básicos fundamentais do acordo que estava a ser estabelecido.

A evolução de estreitamento de cooperação — integração económica, para sermos mais precisos — continuou, não só com o acrescento de novos domínios de partilha de competências e decisões<sup>30</sup>, como também com adesões de outros países europeus que se lhe foram juntando em sequência<sup>31</sup>. A gestão política e administrativa daquelas partilhas, dependendo um pouco da posição relativa que se tem como preferência dentro do espectro político — também designadas como ‘cedências de soberania’, por parte dos soberanistas mais arreigados, ou ‘soberania partilhada’, por aqueles mais condescendentes face ao mito da ‘nacionalidade história’ — passou a ser assumida por instituições e organismos comuns, com regras próprias de intervenção, de funcionamento e de relação entre si que têm vindo a ser ajustadas no decorrer dos tempos, até ao estado de integração que se vive atualmente<sup>32</sup>.

A geografia desta integração voluntária (que se designa por União Europeia [UE]), naturalmente, envolve muitos momentos de tensão, de desacordo, de negociação, de debate interno e externo, de discurso dúbio — consoante se está dentro da nossa fronteira territorial ou se está num dos fóruns coletivos da UE —, de avanço e de recuo nas posições de partida, de arrastamento de tomada de decisão no tempo, de posições pretensamente inconciliáveis, de problemas derivados de fatores exteriores à UE mas, usando a expressão atribuída a Galileu Galilei, “(...) e pur si muove (...)”.

Será este constante movimento de crescimento e de complexidade que fomenta a perceção de estado de “crise” permanente em que se vive na UE? Aqui estamos perante o que designamos com categoria ‘evolução societária’.

A geografia da integração da UE já envolve mais de metade dos países que fazem parte do Conselho da Europa<sup>33</sup> — 47 países europeus, incluindo a Rússia — o que quer dizer que passados 60 anos do início da construção desta “krísi”, tal como a definimos acima, esta é uma boa “crise”, deixou-nos melhor coletivamente e, aparentemente, deixou-nos mais protegidos para eventuais desmandos nacionalistas que obrigaram a Europa a bater no fundo na década de 40 do século passado.

---

<sup>30</sup> Novos Tratados, assinados em Roma, em março de 1957 e que entraram em vigor em janeiro de 1958: EURATOM — Comunidade Europeia de Energia Atómica; CEE — Comunidade Económica Europeia.

<sup>31</sup> Conferir sequência histórica de tratados e de adesões em ‘[http://europa.eu/about—eu/eu—history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about—eu/eu—history/index_pt.htm)’.

<sup>32</sup> Ver nota 31.

<sup>33</sup> Ver ‘<http://www.coe.int>’ (2017, 20 de abril).

A prova de que aquela “krísi” europeia foi boa — para além dos rácios estatísticos que se podem consultar dentro da própria UE<sup>34</sup> ou, amiúde, em diversas organizações internacionais<sup>35</sup>, sendo certo que os números das estatísticas podem sempre ser lidos em conformidade com as nossas pretensões de base<sup>36</sup> — está, assim, na geografia que a Europa nos mostra hoje e na forma como essa geografia se constituiu, livre, voluntária e baseada no respeito dos limites fronteiriços definidos.

É certo que quanto ‘maior é a nau maior é a tormenta’ e a liberdade e voluntarismo têm de ser usados nas proporções adequadas por todos e cada um no projeto a que aderiram de sua livre vontade, pois se assim não for, então o melhor é sair da ‘nau’ e deixar que ela navegue de acordo com os interesses daqueles que o querem fazer de facto.

Há presentemente sinais, uns mais explícitos e outros mais velados, de que a saída da ‘nau’ é uma hipótese a ter em conta. O Tratado prevê essa hipótese<sup>37</sup>, pelo que, talvez se esteja a entrar num outro ciclo de potencial “crise”. Mais uma vez, é um facto novo que promove aquela percepção, embora, neste caso, a UE tenha vindo a ter uma postura institucional muito serena e determinada face ao Estado Membro Reino Unido que, democraticamente, por via do instituto de referendo interno, decidiu sair da União Europeia. Na prática a saída de um Estado Membro terá um efeito que pode ser considerado como simétrico ao impacto que esse mesmo Estado provocou com a sua entrada.

Esta perspetiva de haver uma consequência simétrica para este facto de desintegração em contraponto com o equivalente a um evento contrário — uma integração — faz sentido apenas como hipótese teórica, partindo do princípio que as condições de partida da desintegração são idênticas àquelas à partida da integração.

Sendo coerentes com o aludido acima acerca da ‘evolução societária’, e no registo conhecido e já referido, de melhoria geral dos dados socioeconómicos que com o decorrer do tempo se tem verificado na Europa, no caso premente da saída do Reino Unido da UE, passados 45 anos da sua adesão, em rigor não é possível falar-se de condições de partida idênticas nos extremos deste hiato de tempo.

---

<sup>34</sup> Ver ‘[http://europa.eu/publications/statistics/index\\_pt.htm](http://europa.eu/publications/statistics/index_pt.htm)’ (2017, 20 de abril).

<sup>35</sup> OCDE, Banco Mundial, FMI, entre outros.

<sup>36</sup> Conta-se que alguém, ao referir-se à estatística, comentava que era o meio de torturar os números até que eles dissessem aquilo que nós queremos que eles nos digam.

<sup>37</sup> Foi o Tratado de Lisboa que incluiu a possibilidade de um Estado Membro poder abandonar a União Europeia e é o artigo 50º do Tratado da União Europeia que regula tal possibilidade.

No entanto, partindo do princípio que uma integração traz benefícios mútuos ao conjunto dos integrados então, ao invés, esses benefícios mútuos serão perdidos numa ordem de grandeza equivalente com uma desintegração. O que será importante perceber é a escala percentual de perda potencial que um Estado em 28 terá face à potencial perda, na mesma escala percentual, que cada um dos Membros que ficam no grupo (27), terá face à saída do Membro dissidente.

Até aqui a teoria económica indica que os processos de integração são benéficos globalmente pelas sinergias que promovem e que, por norma, se traduzem individualmente em economias de escala potenciais consideráveis em termos de custos e mais-valias, pelo alargamento de mercado sem constrangimentos aduaneiros e técnicos e com regras harmonizadas entre os parceiros.

Em princípio, um movimento contrário trará uma situação inversa àqueles ganhos em sinergias, economias e mercados!

O que se sabe no presente é que já há movimentos de reafecção de recursos de algumas empresas no sentido da retirada do Reino Unido. Vale o que vale, no entanto é sabido que o faro económico das grandes companhias está centrado no lucro pelo que esta antecipação, mesmo que subtil, pode ser um indicador que a perda, ou neste caso a sua limitação, pode estar já a ser equacionada.

Será mais uma “crise”, esta de cifrões, a juntar a todas as outras que já aqui foram mencionadas e para a qual, para já, não encontramos categoria para a classificar devidamente, embora, tal como noutros pioneirismos ocorridos na Europa no intervalo de tempo que agora estudamos aparenta ser mais uma ‘evolução societária’. A ver vamos.



### **3. A arquitetura institucional da União Europeia e a “crise”**



### 3.1. Os esquiços iniciais

A reconstrução europeia iniciada no pós-Segunda Grande Guerra (1939-45), que agora nos é oferecido como dado adquirido e sobre o qual se discorre em todas as direções, sempre com o respaldo da segurança de que aqueles tempos não nos causam mocha no presente, não foi conseguido em cima de confortáveis mesas de reunião em torno das quais se sentam os que habitualmente peroram os limitados caminhos e progressos obtidos desde aquela época até ao presente.

O processo de integração europeia foi trabalhado com o jeito de quem tinha de redesenhar um projeto partindo de uma folha em branco (negro, para ser mais preciso, quanto ao estado de devastação em que se encontrava a maioria dos países sobreviventes à autodestruição infligida de moto próprio pelos seus conterrâneos).

A Europa autodestruí-se pela segunda vez, num espaço de cerca de 30 anos, apenas e só porque internamente assim o entendeu, não porque alguém do exterior a tivesse provocado ou tentado conquistá-la levando a uma reação de preservação de território, de sociedade e de modo de vida.

A Europa por momentos (dois pequenos períodos de 4 e 6 anos, num espaço de 30 anos) ensandeceu. Esse estado de demência coletiva conduziu a que a maioria dos países perdessem os anéis (as possessões ultramarinas e todo o poder económico que estava subjacente à sua posse) e levou a que quase perdessem também os dedos (com os milhões de mortos e a destruição das infraestruturas básicas que permitiam que os vivos continuassem a viver) (Rémond, 2009).

Apesar do que aconteceu a toda a estrutura física, logística e de circuito básico de produção de bens essenciais, a capacidade de pensar e as estruturas de valores fundamentais da ‘civilização europeia’ não foram danificadas irremediavelmente (Rémond, 2009). A reserva de conhecimento humanista e a resiliência dos europeus revelou-se como nunca determinante para dar novo rumo à relação humana que a partir daquele instante tinha de ser seguido em contraponto ao percurso e resultados conseguidos até ali.

A reconstrução europeia<sup>38</sup> começou a cimentar-se com o advento de instituições<sup>39</sup> agregadoras. Antes da criação das primeiras instituições que deram origem à atual União Europeia<sup>40</sup>, houve diversas movimentações no sentido de criar bases institucionais que

---

<sup>38</sup> Não podemos esquecer o impulso fundamental fornecido pelo Plano Marshall.

<sup>39</sup> “Nada se faz sem os homens. Nada durará sem instituições”, Jean Monnet.

<sup>40</sup> CECA (1951), CEE e CEEA (1957).

promovessem a união das nações europeias<sup>41</sup> de forma a conduzir o conjunto àquilo que se designa como processo de Integração Europeia.

Os passos iniciais podem ser considerados como tímidos, se vistos à distância e com uma perspetiva de uma atualidade mais dinâmica, mais globalizada e, necessariamente, mais imediata por consequência dos meios de comunicação e de informação que dispomos no presente.

Não foi. Foi temerosa, arrojada e até visionária no momento da aplicação. Talvez porque, como dizia Jean Monnet “(...) os homens não aceitam a mudança a não ser por necessidade e não veem a necessidade sem estar envolvidos numa “crise”. (...)”<sup>42</sup>.

Era o momento certo para tentar aplicar uma ideia que já vinha há longo tempo a ser sugerida, abordada, discutida em crescendo de importância em fóruns cada vez mais alargados e com a participação de mais e mais qualificada<sup>43</sup> audiência.

Era preciso fazer qualquer coisa de diferente daquilo que tinha sido feito até ali. Continuava-se num paradigma de nacionalismo que tinha conduzido a Europa a um permanente estado de guerra, que culminou numa quase destruição total com a Segunda Guerra Mundial. E o que havia a fazer de diferente, seria unir o que sempre esteve separado. Era uma inversão completa de paradigma de organização, de vivência e relação societária entre países, povos e nações.

Mas a memória das nações e países ainda estava muito fresca, muito viva de amargura, ressentimento e dor pelo passado recente. Providencialmente, Jean Monnet<sup>44</sup> deu o mote afirmando que, o projeto que estava em marcha, não se destinava “(...) a coligar Estados, mas sim pessoas. (...)”<sup>45</sup>

Assim, duas dimensões substantivas devem ser incorporadas como pertencendo ao que se subentende do circuito da reconstrução europeia: a cooperação e a integração.

---

<sup>41</sup> Tratado Bruxelas e Congresso de Haia (1948), Conselho da Europa (1949) e Declaração Shuman (1950).

<sup>42</sup> Monnet, Jean. Mémoires, Paris, éditions Fayard, 1976.

<sup>43</sup> O uso de ‘qualificada’ neste contexto refere-se ao facto de na cronologia das proposituras de uma união dos estados europeus se verificar uma crescente participação de responsáveis políticos com relevância e capacidade decisória para, internamente, nos seus estados, levar avante tais intenções, debatendo-as e fazendo-as passar da mera discussão política para um desiderato coletivo suficientemente robusto para convencer outros dirigentes de outros estados vizinhos a seguirem o mesmo caminho com vista a ser possível concretizar o objetivo traçado.

<sup>44</sup> Cidadão Francês que se viu outorgado como ‘Cidadão Honorário da Europa’ pelo Conselho Europeu do Luxemburgo a 2 de abril de 1976.

<sup>45</sup> Ver nota 42.

Estes dois elementos de base, quando juntos numa mistura de relações interpene-tradas, não devem ser entendidos como um momento de “crise”, mas sim um momento de “krísi”, seguindo os conceitos explanados acima.

### **3.2. A primeira amarra: Tratado CECA**

Regra geral, todos os processos decisórios são por natureza intrincados quanto baste para que uma ideia, por muito valorosa que seja, tenha suficientes entraves pes-soais que a impeçam de progredir até ao nível de responsabilidade suficiente para que possa chegar a ser colocada em prática.

No entanto, na maioria das vezes, são as mesmas pessoas que podem travar o livre curso de uma ideia até ao topo que também podem ser os padrinhos que a acompa-nham e fazem tudo por tudo para que chegue lá de facto.

Quando esses processos decisórios entram no nível de relações entre Estados sobe-ranos, então a complexidade entra num patamar de quase impossibilidade de con-cretização, pois as correntes internas a favor e contra, a que se somam as tensões externas que se desencadeiam, aumentam de forma exponencial os problemas que tornam, aparentemente, a guerra algo de mais simples de montar, apesar das nefastas consequências que as páginas da História patenteiam e onde a Europa aparece quase sempre como protagonista.

Então, as pessoas que conseguem, pelo seu empenho e visão, ultrapassar todas as etapas daqueles processos complexos e colocar em funcionamento as ideias simples, devem ser consideradas como verdadeiros defensores da “krísi” e não arautos da “crise”.

Na situação em análise, vencidos que foram os eventuais obstáculos administrativo/políticos que sempre engulham a passagem de uma ideia dentro de um corpo com poder decisório, mesmo quando se está a falar de um exemplar simples já repetido, tratando-se de envolver dois países com culturas e modos de funcionamento diferentes, vizinhos — França e Alemanha — que tinham um histórico recente de conflito mortal, de ganho e perda de espaço territorial e de luta por recursos entendidos como vitais por cada um, então o trabalho de fazer percorrer a tal ideia simples até ao cume, torna-se ciclópico.

Mas outra hipótese não havia, pois tudo o resto — guerra — já tinha sido tentado de forma repetida e a situação — morte e destruição — era o resultado que se repetia na exaustão de cada tentativa, qual experiência da física ou da química.

Mais uma vez não havia “crise”, havia sim uma relativa constância cíclica na receita a aplicar face aos fatores de divergência, que apareciam também com uma cronologia com forte caráter pendular. Aparentemente, a memória dos homens estava demasiado curta, pelo que o guião estava demasiado estável no conteúdo e resultados.

Em cada um daqueles momentos de “krísi”, conclui-se que os processos de avaliação e de decisão que lhes correspondem, tendiam a um resultado penalizador e sem futuro expetável de melhoria para qualquer dos contendores.

Jean Monnet com Robert Schuman<sup>46</sup> — franceses — e Konrad Adenauer<sup>47</sup> — alemão — conseguiram fazê-lo. Estavam no topo dos respetivos corpos decisórios dos seus países, tinham firme a convicção que aquela ideia simples podia ajudar a inverter o ciclo de catástrofe vivida pela Europa até ali e estavam determinados a provar que uma partilha de recursos seria bem mais produtiva e bem menos dolorosa que uma luta pela tentativa de aniquilação do vizinho para atingir o mesmo objetivo<sup>48</sup>. Ao que se percebe foram revistos os resultados da avaliação da “krísi” e a decisão seguiu em caminho diverso daquele que até ali tinha sido tentado.

Esta lógica de partilha no meio de uma grande dificuldade é muito típica da cultura humanista europeia, no entanto, entre estados, a partilha é sempre algo de muito difícil digestão e não é aceite como algo normal, em particular quando uns dias atrás estiveram envolvidos numa guerra devastadora. É como se a solidariedade e a fraternidade tivessem um limite de aplicação até à dimensão absoluta do indivíduo ou de um conjunto de indivíduos que não ultrapassa, em grande medida, apenas os que estão juntos por laços de sangue. Um Estado não cabe dentro daquelas balizas de solidariedade ou de fraternidade. Um Estado tem de ter sempre uma vantagem ou interesse superlativo aliado a qualquer relação com outro Estado<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros da França em 1951.

<sup>47</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha em 1951.

<sup>48</sup> “Se não podes derrotá-los, junta-te a eles” frase apontada como provérbio Americano.

<sup>49</sup> As deficientes redes de comunicação — estradas, caminhos-de-ferro e pontes — estavam muito danificadas ou deixaram de existir devido ao esforço destrutivo da guerra, o que condicionava fortemente a obtenção de matérias-primas essenciais para que a produção e a consequente distribuição e comercialização dos produtos acabados fluísse. Ao mesmo tempo, a dimensão do mercado alemão era determinante para as economias europeias pois parte significativa das transações de bens e matérias-primas tinha a Alemanha como parceiro. Esta circunstância era importante para a recuperação económica da Europa. Paradoxalmente, a recuperação do inimigo aniquilado era fundamental para a sobrevivência da Europa. No entanto, as memórias recentes dos desmandos de uma Alemanha poderosa eram, por outro lado, uma preocupação permanente pelo que era necessário criar condições para que estes dois fatores da equação se equilibrassem a bem do bem comum (Judt, 2014: 110; Patrício, 2009: 209).

Assim, o feito, conseguir colocar o acesso e a produção de um recurso cobiçado pelos dois contendores de ontem numa autoridade comum que passa a regular o seu uso e produção, é um rasgo profundo na abertura do caminho para o início de uma união que estava emperrada em gavetas de nacionalismo empedernido e sem viabilidade, mas com as cautelas necessárias para que o controlo e supervisão do fulcro essencial da anterior contenda — o carvão e o aço — pudesse ser monitorizado em permanência por aqueles que mais diretamente, pela proximidade, sofreram as consequências imediatas, os países vizinhos da Alemanha.

Se com esta iniciativa fosse possível que — como veio a acontecer — se criassem laços de futuras cooperações que reforçassem os objetivos de paz na Europa, tanto melhor.

As reações de contrariedade foram inúmeras, em particular devido aos receios internos de cada país, da fresca memória do passado recente de duas ou três gerações de pessoas, que sofreram os efeitos de um poder desmedido, arrogante e obcecado pela superioridade da raça<sup>50</sup>. Mas, a conjugação dos bons ofícios dos homens, que por uma feliz circunstância estavam no topo da cadeia do processo de decisão de ambos os países, contribuiu decisivamente para que a simples ideia pudesse ganhar foros de objetivo concretizável e primeira pedra para a construção do edifício de mais paz e melhor desenvolvimento para o todo comum dos Europeus.

Aos dois países percursores da ideia, rapidamente outros quatro vizinhos se juntaram, pois, por certo, perceberam que não podiam deixar fugir tal oportunidade de trabalho conjunto. Estava criado o grupo dos ‘Seis’<sup>51</sup>. Os fantasmas de “crise” de valores, do Estado, da soberania, das fundações da pátria, foram todos bramidos, mas a determinação do pequeno passo que de seguida começou a dar os primeiros e bons resultados transformou todos aqueles maus augúrios em lastro para continuar a desenvolver o edifício da integração e cooperação paulatina dos Estados europeus.

Afinal a “crise” ou “crises” anunciadas não se concretizaram, apenas ficou a incerteza da procura de mais e melhores caminhos com a inquietação que todos os processos criados de raiz promovem. Uma “crise” das boas, portanto.

A estrutura jurídico/institucional criada seguia a prática dos acordos internacionais embora, com uma pequena diferença, que residia no facto de a autoridade de controlo

---

<sup>50</sup> Poder que foi conferido através de eleições democráticas na Alemanha e que levou ao poder o partido Nazi conduzido por Adolf Hitler.

<sup>51</sup> Designação que entrou no jargão corrente para designar os seis países membros das Comunidades.

e gestão — Alta Autoridade da CECA — não ter como objetivo defender o interesse individual, mas sim o interesse coletivo dos povos dos Estados signatários. Era entendida como supranacional e os seus membros após serem nomeados eram e deviam manter uma atitude completamente independente face a cada um dos Estados Membros, mesmo daquele de onde provinham e de que tinham nacionalidade<sup>52</sup>. Era uma revolução completa na lógica de controlo e de gestão de poder que Estados soberanos concediam a uma entidade supranacional<sup>53</sup>. Foi um sinal importante para marcar que afinal era possível inovar no que tocava aos tradicionais conceitos de relação de poder entre Estados.

### **3.3. O segundo passo: CEE e a EURATOM e o primeiro insucesso**

#### **3.3.1. O primeiro insucesso: Comunidade Política e Comunidade de Defesa**

Ao Tratado CECA seguiram-se mais tentativas e iniciativas que visavam alargar a integração dos países da Europa noutras áreas de competência, embora nem sempre com sucesso. A Comunidade Europeia de Defesa (CED)<sup>54</sup> é um dos insucessos a par da Comunidade Política Europeia (CPE)<sup>55</sup> que lhe estava acoplada. Após vários esforços para dar lastro ao sucesso da CECA, os Seis tentam a aproximação para mais integração na componente política, intenção que já vinha de trás, do Congresso de Haia<sup>56</sup>.

A ideia de um exército comum e as implicações que, alegadamente, traria quanto à cedência de soberania e, por outro lado, condescendência ao rearmamento da Alemanha, conduziu a que a Assembleia Nacional Francesa tenha rejeitado a sua ratificação levando à sua não entrada em vigor.

---

<sup>52</sup> Ver “60 Anos de Europa: os grandes textos da construção europeia”, pp. 27 e 28.

<sup>53</sup> Ver Tratado CECA, capítulo I, art.º 8º a 19º; esta ‘pequena’ circunstância de supranacionalidade também foi promotora de “crise” no Direito Internacional Público pois, até ali, todas as organizações internacionais tinham um caráter intergovernamental, o que, com esta ‘supranacionalidade’ instituída, veio trazer novos problemas e desafios ao ‘jus internacional’ adquirido (Campos, Campos & Pereira, 2014).

<sup>54</sup> Assinado em Paris em 27 de maio de 1952, mas que não entrou em vigor devido à sua não ratificação pela França.

<sup>55</sup> O famoso Plano Fouchet, nome do diplomata francês encarregado de o elaborar na sequência da decisão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Bad Godesberg, na Alemanha, em julho de 1961.

<sup>56</sup> Realizado em Haia, Holanda entre 7 e 10 de maio de 1948, onde fica vincada a vontade dos seus cerca de 1000 delegados vindos de toda a Europa, em avançar para uma Europa unida em particular ao nível económico e político.

Os receios da perda de poder — leia-se ‘soberania’ — sobre os destinos próprios de cada Estado, continuavam bem vivos, exatamente e curiosamente (ou talvez não), dentro da estrutura do Estado que tinha proposto a iniciativa — a França. A ‘velha guarda’ francesa, dominante no aparelho e organização política interna, acabou por fazer valer os seus argumentos de receio pela ablação que tais avanços — a CED e a CPE — podiam promover “(...) a humilhação (...)” o “(...) fim da França (...)” e “(...) É uma questão de vida ou de morte para a França.” [expressões do Senhor Herriot, deputado da Assembleia Nacional Francesa] (Parlamento Europeu, 2008: 30 e 31).

Foi uma “crise” ou foi a democracia a funcionar?

Certo é que, desde aquele momento a esta parte, a ideia não foi mais retomada ou, pelo menos, não voltou a ganhar o estatuto que lhe foi impresso na altura — um Tratado<sup>57</sup>, pelo que, na nossa perspetiva, foi a democracia a funcionar e, as eventuais consequências de tal decisão e da ausência de vontade ou interesse político em voltar a colocá-la no topo da agenda dos assuntos prioritários têm que ver apenas com a vontade dos Estados Membros que tal seja debatido, coordenado e implementado de facto.

### 3.3.2. Os sucessos CEE e EURATOM

#### 3.3.2.1. As intenções

O esforço prometido e concretizado com a instituição da CECA, os resultados obtidos e o insucesso da CED e da CPE, recentraram as prioridades em aspetos mais setoriais e, neste caso, mais concretos, o chamado ‘método funcional’<sup>58</sup> (Pires, 1994) como refere Fausto de Quadros (2004: 37), alinhando com a Declaração Schuman que afirma “(...) ela [a Europa] far-se-á através de realizações concretas, pela criação, para começar de uma solidariedade de facto.”<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Até ao presente, a Europa continua a fazer depender, essencialmente, a sua defesa externa da estrutura da OTAN; a UE continua sem ter um exército, embora disponha de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) que está integrada na Política Externa de Segurança Comum (PESC) e, desde 2005, tenha instituído os ‘agrupamentos táticos’ compostos por cerca de 1500 efetivos militares, mas que nunca foram ativados nem exista uma sede permanente implantada (Parlamento Europeu, 2014: ficha 6.1).

<sup>58</sup> Método de integração funcional em que cada etapa da integração arrastaria sucessivamente a seguinte, de maneira praticamente automática, numa progressão por andaimes que iria crescendo em largura e altura.

<sup>59</sup> Proferida a 9 de maio de 1950, em Paris, França (Parlamento Europeu, 2008: 24).

Paul Henry Spaak<sup>60</sup>, seguindo a resolução aprovada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Seis, em Messina<sup>61</sup>, onde ficou determinado:

“Os Governos da República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos entendem ter chegado a altura de transpor uma nova etapa da construção europeia. Consideram que, inicialmente, esta deverá realizar-se no domínio económico.

Consideram que há que prosseguir a construção de uma Europa unida, desenvolvendo instituições comuns, procedendo à fusão progressiva das economias nacionais, à criação de um mercado comum e à harmonização progressiva das políticas sociais.

Entendem que uma política deste tipo é indispensável para que a Europa mantenha o lugar que ocupa no mundo, para que recobre influência e projecção, e para melhorar continuamente o nível de vida da sua população.

...

1) Serão convocadas uma ou duas conferências para elaborar os tratados ou acordos relativos às matérias consideradas;

(...)”

(Parlamento Europeu, 2008: 36)

liderou um comité que preparou um relatório sobre as temáticas solicitadas e cuja versão preliminar foi apresentada, em Bruxelas a 1 e 2 de fevereiro de 1956. A 6 de maio é entregue o relatório final que, por parte da França, gerou controvérsia, apesar de ter visto algumas das suas objeções satisfeitas, mas que viria a votar contra a sua aprovação, embora não tenha conseguido impedir que viesse a acontecer.

### **3.3.2.2. Os resultados**

No comunicado final da Conferência de Veneza, realizada a 29 e 30 de maio de 1956, era reconhecida a aceitação do relatório “(...) como uma base para negociações para celebrar um tratado que estabeleça um Mercado Comum bem como um tratado que crie uma organização europeia para a energia nuclear (EURATOM) (...)” (Parlamento Europeu, 2008: 42) e era feito um convite explícito aos países terceiros ao grupo dos Seis “(...) para uma eventual participação ou associação aos tratados em preparação.” (idem).

---

<sup>60</sup> Cidadão belga ativista das causas a favor a unidade europeia, encarregado pelo Conselho CECA para analisar as possibilidades de maior integração na sequência da proposta apresentada pelos países do BENELUX (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo).

<sup>61</sup> Conferência realizada em Messina, Itália entre 1 e 3 de junho de 1955.

Estava assim lançada mais uma pedra no edifício de unificação da Europa, não sem discussão, divergência e receios, “crises” na boa tradição depressiva que é comum à ‘velha’ Europa, que lhe está associada e que temos vindo a abordar.

Mas terá sido uma “crise” este avanço na construção europeia ou apenas um intenso exercício de debate, no sentido de encontrar pontos de convergência entre as propostas maximalistas para um avanço por junto e não setorial que vieram dos Países Baixos — Memorando Beyen (Parlamento Europeu, 2008: 35) —, e os requeitados receios franceses de se estar a caminhar a passos largos para uma união política de carácter supranacional?

A unidade europeia estava a avançar com dificuldade, mas mesmo assim, o Tratado CEE e o Tratado EURATOM, conhecidos como os Tratados de Roma, foram assinados em 25 de março de 1957, tendo entrado em vigor em 1 de janeiro de 1958.

Para além da instituição de novas competências, que alargam o âmbito de intervenção do projeto de unificação europeia, há também uma intenção de iniciar a sistematização do projeto iniciado com a CECA pois, passa a haver uma Assembleia, um Tribunal de Justiça e um Comité Económico e Social comuns às três comunidades.

Por outro lado, dadas as recorrentes objeções da França, desta feita aqueles tratados eram menos generosos quanto ao âmbito da supranacionalidade que se via na CECA, declinando a legitimidade das decisões no Conselho e não na Comissão como até ali. Foi um retrocesso no projeto de integração, uma “crise”?

Na nossa opinião, é o calor do debate, a troca de pontos de vista alternativos e perspectivas de poder diversas, o que cria as tensões testemunhadas.

Não foi uma “crise”, foi uma “krísi” no sentido definido do termo, que aponta para a evolução de uma estrutura que se encontra em constante movimento de adaptação às novas circunstâncias e à necessidade de resolver os problemas que sobrevêm a cada passo.

Revela que todas as contribuições são tidas em consideração e da sua súmula sai um compromisso aceite como razoável por todos os intervenientes.

### **3.4. A terceira etapa: Tratado de Bruxelas (o Tratado de Fusão)**

#### **3.4.1. O contexto**

Volvidos oito anos da assinatura dos Tratados de Roma, de novo era necessário proceder a uma adaptação da organização da estrutura orgânica do edifício comunitário. Não porque estivesse caduco ou em riscos de desmoronamento, mas porque havia que

dar resposta a novos desafios e dificuldades entretanto sobrevindas, com vista a tornar o desenvolvimento do projeto mais adequado à realidade e aos anseios dos Estados Membros. O ‘método funcional’ estava em pleno.

Quando afirmamos que, naquela altura, as Comunidades não estavam em risco de desmoronamento, fazemo-lo porque, de facto, é verificável agora que não aconteceu. No entanto, os sinais dados por um dos Estados Membros — mais uma vez a França, precursor primeiro de todo este processo de construção europeia — pela voz do seu mais alto dignatário — General De Gaulle — foram colocando em causa o formato que a edificação europeia estava a tomar — a tornar-se numa Europa supranacional — ao contrário daquilo que defendia e que era uma Europa dos Estados, logo, com carácter intergovernamental como era tradição na relação entre povos soberanos à luz do Direito Internacional Público.

A forma escolhida por De Gaulle para o fazer foi inédita pois não deu conta previamente, como era curial entre parceiros, das suas inquietações, mas usou uma conferência de imprensa (realizada a 5 de setembro de 1960) (Parlamento Europeu, 2008: 48) para o fazer, o que apanhou todos de surpresa e com natural estupefação face à gravidade do exposto, que vinha ao arrepio de tudo aquilo que tinha vindo a ser feito desde a criação da CECA e já com acomodação nos Tratados de Roma, como referido acima.

O entendimento de partilha e de cooperação para a resolução de qualquer divergência que pudesse existir estava ali, colocado em causa por via de uma ação unilateral, obviamente nada bem quista pelos outros 5 parceiros, tanto pela forma como pelo conteúdo.

Cerca de dois anos depois, voltou a discorrer sobre o mesmo assunto, usando o mesmo método de comunicação — conferência de imprensa realizada a 15 de maio de 1962 (Parlamento Europeu, 2008: 50-52) —, mas desta vez foi mais longe na declaração da Europa que a sua França queria de facto — uma Europa dos Estados.

Na sequência, a França também vetou o pedido de adesão do Reino Unido às comunidades, alegando essencialmente (mais uma vez usando o veículo ‘conferência de imprensa’, realizada a 14 de janeiro de 1963) (Parlamento Europeu, 2008: 53-54), a circunstância não continental do Reino Unido e a diferente natureza económica existente entre os Seis e a Grã-Bretanha.

Com este panorama de potencial divergência interna entre os Membros dos Seis, numa área que era determinante para a definição de toda a lógica de funcionamento e de objetivo das Comunidades — ser uma entidade tendencialmente supranacional

e não intergovernamental — fazia toda a diferença e podia ser razão suficiente para que todo o edifício pudesse ruir ali mesmo.

Percebe-se agora que o problema não era a França, mas o entendimento que um dos mais influentes dos seus dignatários — o Presidente — tinha, pessoalmente<sup>62</sup>, sobre o assunto, apesar de internamente, como seria natural, também houvesse vozes alinhadas com o discurso mais soberanista e de inevitabilidade do papel de charneira a que a França se atribuía unilateralmente<sup>63</sup>.

As adaptações para menos supranacionalidade institucional introduzidas nos Tratados de Roma, aparentemente, ainda não eram suficientes.

### 3.4.2. Os resultados da fusão institucional

Com a assinatura do Tratado de Fusão<sup>64</sup> é reorganizada a estrutura institucional das três Comunidades, passando a haver: um Conselho das Comunidades Europeias, que substitui o Conselho Especial de Ministros da CECA, o Conselho da CEE e o Conselho da EURATOM; uma Comissão das Comunidades Europeias, que substitui a Alta Autoridade da CECA, a Comissão da CEE e a Comissão da EURATOM.

Ao mesmo tempo, passa a haver um único orçamento comunitário e um único Tribunal de Contas.

Esta era uma resposta orgânica que, no nosso entender, vinha dar satisfação à necessidade de uma maior eficácia de coordenação e controlo do processo de integração como um todo, mas que também trazia um pequeno acréscimo da competência supranacional das Comunidades Europeias.

Tinham passado 16 anos desde a criação da CECA e o projeto de construção europeia continuava em marcha, com avanços e recuos é certo, mas em crescendo de integração apesar da envolvente externa ser de grande complexidade.

---

<sup>62</sup> O 'pessoalmente' fica aqui bem expresso visto que no imediato da declaração de 1962 vários dos seus Ministros pediram a demissão e outros altos dignatários expressaram o seu desconforto e discordância com a posição assumida pelo Presidente que vinha contra as posições assumidas pela França em sede dos Seis.

<sup>63</sup> Esta linha de atitude da França, de autoconvencimento na sua predestinação, o que não deixa de ser curiosa num Estado que é fundador das Comunidades Europeias, vai repetir-se mais à frente no calendário noutros episódios críticos da UE.

<sup>64</sup> Em Bruxelas e 8 de abril de 1965.

De novo, não nos parece que possamos identificar uma “crise” determinante. Podemos, sim, perceber que o processo de construção em curso tinha armadilhas promovidas, umas pelo exterior e outras pelo interior, mas que até ali não tinham sido suficientemente fortes para que o processo fosse abandonado.

### **3.5. A quarta jornada: Ato Único Europeu**

#### **3.5.1. Sintomas problemáticos**

Logo após a assinatura do Tratado de Fusão a que fizemos referência, um episódio de extrema gravidade provocou a quase paralisia do projeto europeu. De novo, o protagonista era a França, que colocou em causa o método de votação do Conselho de Ministros, inicialmente previsto nos Tratados de Roma.

Afinal, as tensões existentes estão mais dentro de casa que aquelas que podiam vir de fora.

Estavam a tratar da Política Agrícola Comum (PAC) que, como previam os Tratados, teria votações por maioria qualificada. No entanto, a França pretendia e insistiu que deveriam ser votações por unanimidade, na esteira do que apontava o Tratado de Roma. A agricultura era um tema de importância basilar para a França.

Assim, como não obteve acordo dos seus parceiros e, num ato inaudito, os representantes franceses resolveram abandonar as sessões, dando lugar ao que se convencionou chamar de ‘crise da cadeira vazia’<sup>65</sup>.

A França não só pretendia que o regime de votações fosse alterado à revelia dos Tratados, como também exigia que a Comissão deixasse de se assumir como uma entidade supranacional, ou seja, numa posição de legitimidade decisória equivalente a qualquer Governo de um Estado Membro nas matérias de competência próprias das comunidades.

A questão do ‘interesse vital’ de um Estado Membro foi chamada à colação o que obrigava, desde que invocado, a um retorno de todos os parceiros à negociação do tema objeto de tal invocação. Como em tese, a cada momento, cada Estado Membro

---

<sup>65</sup> Esse nome deriva do facto de, na altura, caber precisamente à França a presidência do Conselho de Ministros, pelo que tinha a responsabilidade da condução (era a ‘cadeira’) dos trabalhos durante o período em que a estivesse a assumir (rotativamente, conforme determinava o Tratado). Sem presidência não havia reuniões pelo que durante um período de tempo relativamente alargado as Comunidades estiveram em ciclo vegetativo pela não comparência do presidente.

podia invocar o ‘interesse vital’, poderia chegar-se ao extremo de haver uma paralisia relativamente a um ou mais temas, bloqueando assim o prosseguimento dos trabalhos normais das Comunidades por um período de tempo indefinido, o que não era de todo aceitável.

A situação, prolongou-se durante cerca de seis meses e obrigou a várias rondas de conversações dos Seis onde, em resultado da intransigência da França, chegaram a existir ameaças que os outros 5 parceiros avançariam sem ela, se a assumida postura de ausência se mantivesse. As questões foram desbloqueadas com o Acordo do Luxemburgo<sup>66</sup>, onde ficou expressa a metodologia a adotar para troca de informação atempada entre a Comissão e os Representantes Permanentes dos Estados Membros, sobre matérias de particular importância, embora ficasse garantida que a Comissão manteria todas as prerrogativas conferidas pelos Tratados quanto à sua independência e direito de iniciativa.

A este respeito, Lucas Pires assinala que “(...) Tinha havido peripécias e ameaças de retrocesso, como o da «política da cadeira vazia» promovida pelo General De Gaulle e que só o compromisso do Luxemburgo (1966) viria a apaziguar (...)” (Pires, 1994).

Na nossa perspetiva, olhando o processo agora, passados mais de vinte anos depois das sábias considerações de Lucas Pires, talvez, em toda a história da construção europeia, se possa aduzir que naquele período da ‘cadeira vazia’ houve, de facto, um risco sério de rutura do projeto o que, naquela altura, não serviria ninguém de dentro da Europa.

### 3.5.2. Voltar ao básico

Vencida mais uma batalha contra o ego, quiçá incompreendido, do primeiro impulsionador do projeto europeu — a França — que acabou por ver algumas das suas inquietações acolhidas, vendo generalizada a exigência da decisão por unanimidade, as Comunidades voltaram a concentrar-se no essencial. O ‘essencial’ que estava já, há longo tempo, vertido nos Tratados.

Foram vinte anos de trabalho, debate e impulso importante para a consolidação do projeto europeu, de 1965 até 1986, sem que houvesse uma revisão dos Tratados.

O que se subentende de tal circunstância temporal foi que era preciso parar as adaptações da arquitetura institucional e retomar a letra dos Tratados vigentes, construir e pôr em prática o já planeado. Voltar ao ‘método de integração funcional’.

---

<sup>66</sup> Assinado em 29 de janeiro de 1966.

Naquele período de duas décadas aconteceram três alargamentos<sup>67</sup>, passando a Comunidade a ter o dobro dos países e sensivelmente o dobro do território de influência e de população abrangida. Como refere Lucas Pires, “(...) completando o «arco atlântico» e o «arco mediterrânico», respetivamente a ocidente e a sul (...)” (Pires, 1994).

Mas nesses 20 anos também aconteceram várias perturbações a nível mundial, que não podem ser desligadas das tensões e dificuldades vivenciadas pela Europa comunitária como um todo. Desde logo, as diversas perturbações a nível financeiro e monetário, passando pelos choques petrolíferos e pelos diferentes conflitos armados um pouco por todo o planeta (Patrício, 2009: 264).

A “crise” ou as “crises”, afinal eram globais. A efervescência política mundial estava em alto grau de temperatura entre os dois principais contendores de uma ‘guerra fria’ sem quartel e a Europa com os seus problemas internos não lhes estava imune, até porque alinhava num dos lados da contenda.

Num contexto internacional de tamanha complexidade, falar em “crise” da Europa, como se de um processo exclusivo fosse, é, no nosso entender, nada mais que tentar continuar a reviver uma mentalidade eurocêntrica e egocêntrica bacoca e revivalista de tempos insanos de conhecimento obscuro, em que tudo girava em torno daquilo que se passava na nossa geografia limitada e o resto do mundo apenas servia como quintal de abastecimento.

O resto do Mundo, nunca foi como os Europeus o viam e, neste tempo a que nos referimos, a sua realidade continha uma diferença ainda maior.

Raquel Patrício assinala, “(...) A crise era tal que se falava em ‘euroesclerose’. (...)” (2009: 269).

Estamos convictos que, tal como nos nossos dias, face aos problemas percebidos no momento e os augúrios para o futuro, como até ali se tinham verificado, o negativismo fosse uma atitude plausível. Não obstante, quando contrapomos aquelas perceções do imediato com a evolução da realidade percebida *a posteriori*, não nos parece que houvesse uma “crise” da Europa centrada em si mesma.

O período é mais consentâneo com uma imagem de uma imensa turbulência global, a que a Europa não era alheia pois era parte integrante dela embora, pelo que se percebe e se pode verificar retrospectivamente, tenha tido a capacidade para se adaptar e continuar a prosseguir os seus esforços com vista à consolidação de um projeto estratégico rascunhado cerca de três décadas atrás.

---

<sup>67</sup> 1973: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; 1981: Grécia; 1986: Portugal e Espanha.

### 3.5.3. Uma nova alteração dos Tratados

No meio da turbulência interna e externa a que nos referimos anteriormente, a Europa comunitária conseguiu manter o ímpeto “(...) imprimindo um espírito de novo arranque e maior celeridade... com um programa legislativo muito preciso e recheado, constante do chamado Livro Branco do Mercado Interno. (...)” (Pires, 1994).

As realizações, respostas e propostas que iam sendo dadas pelas autoridades com poder de decisão sobre o projeto comunitário continuavam a acrescentar e visar o aprofundamento da integração com mais e melhores instrumentos que pudessem suportar os objetivos definidos nos Tratados e nos diferentes acordos e decisões trabalhados em conjunto e em espírito de cooperação estreita.

O Ato Único Europeu (AUE)<sup>68</sup>, a exemplo das anteriores atualizações, veio resolver alguns dos problemas sentidos nos últimos 20 anos, permitir um ajustamento da arquitetura institucional de uma comunidade que, entretanto, tinha duplicado os seus membros de 6 para 12, e criar condições para fazer face a um aumento substancial da concorrência provinda, como sempre, dos Estados Unidos e também de uma economia emergente — o Japão.

Acrescente-se que, em termos do processo decisório, veio colocar em ordem o sistema de votações tornando de novo a maioria qualificada como regra, garantindo assim maior flexibilidade e celeridade no andamento da tramitação legislativa.

É claro que não foi tão longe como poderia ter ido (Patrício, 2009: 277), mas a ‘culpa’ de tal “crise” não é da comunidade enquanto entidade, mas sim dos países que individualmente a compõem e que em sede de Tratados decidem o que eles devem conter e as balizas que os delimitam.

De novo, os maus augúrios de uma menor defesa da soberania dos Estados Membros não se vieram a verificar, tendo sim sido intensificada a negociação interpares, aumentando desta forma a interação e maior espírito de cooperação e fortalecimento da qualidade de argumentação com a conseqüente necessidade de maior transparência de processos e de objetividade para com o interesse comum da Europa como entidade unida na sua diversidade.

As dificuldades vividas pelos países, de uma forma geral, não derivavam da estrutura comunitária, mas sim dos seus problemas intrínsecos e da sua maior ou menor exposição aos choques externos.

---

<sup>68</sup> Assinado em 1986.

Por conseguinte, sem prejuízo da aceitação que o caminho seguido dentro do grupo comunitário podia ter sido outro, estimamos que a narrativa de “crise” assente no argumento das deficientes estruturas comunitários ou no argumento das pouco ambiciosas remodelações das estruturas, entretanto levadas a cabo, não passam de discurso com objetivos meramente táticos e que não encontram substância comprovável no médio longo prazo.

Neste contexto, estaremos no domínio da construção de narrativa que abordamos em 2.6.3.

Entendemos que é benefício da democracia permitir sempre a possibilidade de argumentar a favor de um caminho alternativo; não obstante, a democracia tem um tempo definido de aplicação para cada evento, é uma “crisi” — avaliação e decisão — para o bem comum, pois é na maioria formada naquele preciso momento que está legitimada.

Essa legitimidade, na prática, perdura e só é modificável num outro momento concreto mais ou menos longínquo. Este hiato de tempo pode comparar-se a um sistema matemático discreto, ou seja, que tem períodos próprios de validade bem definidos.

### **3.6. O quinto patamar: Tratado de Maastricht — Tratado da União Europeia**

#### **3.6.1. O primeiro pulo do ‘triplo-salto’69**

Nas palavras da maioria dos autores, o Ato Único foi a primeira e verdadeira alteração formal dos Tratados de Roma. Todas as outras emendas, leia-se Tratados assinados até então, não alcançaram o nível de profundidade de consolidação alcançada por este.

Os avanços conseguidos em trinta anos de construção europeia já pressionavam a estrutura institucional para a necessidade de consolidar todas as realizações por via de uma revisão mais apurada dos tratados iniciais. Era patente uma debilidade da estrutura institucional para se adaptar à realidade e aos desafios que se colocavam aos membros do clube, assumindo desde logo que aos dez<sup>70</sup> existentes se juntariam mais dois<sup>71</sup> que, embora pouco tivessem sido chamados a pronunciar-se sobre a modificação em curso, dela também seriam pertença e a ela estariam vinculados com a mesma legitimidade contratual que aos outros assistia.

Pese embora as questões da defesa e da política comuns não tivessem tido desenvolvimento mínimo necessário, a integração económica era uma realidade cada vez

---

<sup>69</sup> Expressão usada por Sérgio Ribeiro, em “Décadas de Europa”.

<sup>70</sup> Os Seis mais a Dinamarca, a Irlanda, o Reino Unido e a Grécia.

<sup>71</sup> Portugal e Espanha.

mais visível, entrando em domínios que exigiam uma crescente coordenação política, sobre pena de os desajustes e debilidades nos correspondentes patamares de decisão colocarem em causa a manutenção do sistema em funcionamento nos moldes até ali atingidos, a que se acresciam ainda a rápida aceleração da atividade económica global, com o correspondente incremento da concorrência de outras áreas e blocos do planeta. Estava em causa a consolidação do Mercado Interno e os avanços necessários com vista à União Económica e Monetária.

Em suma, era preciso consolidar o *'acquis'* comunitário para assim poder acelerar o processo de construção europeia.

Num contexto de enorme aceleração dos tempos em termos mundiais, com a globalização e interdependência económica, era preciso dar mais um salto que, como assinala Raquel Patrício, citando Sérgio Ribeiro, foi "(...) um primeiro pulo de um "triplo salto", de que Maastricht e a União Política seriam o segundo e a Moeda Única e a conclusão da União Monetária desejava-se que fossem o último." (Patrício, 2009: 293).

A turbulência provocada por tais movimentações internas à Europa e globais, nada mais podiam senão promover a sensação de instabilidade permanente em que nada do que se considerava firme ontem o é hoje, o que nos deixa inseguros quanto ao que pode acontecer amanhã.

Ainda que o AUE, nas palavras de Ana Maria Martins (2017: 99), "(...) tenha introduzido tímidas inovações (...)", a adaptação sistemática das condições de funcionamento e da estrutura institucional, ainda nas suas palavras, "(...) gerou uma dinâmica de desenvolvimento na integração europeia, que acabou por se revelar impulsionadora do avanço para etapas de integração económica mais evoluídas (...)"

Estavam as Comunidades Europeias de novo em movimento<sup>72</sup> que, pelo olhar das diferentes correntes políticas, por um lado, de *'mais integração'* — maioritária no

---

<sup>72</sup> Cabe aqui realçar o facto de Portugal (e a Espanha) ter aderido naquele mesmo momento e que a percepção vivida, há época, era de uma "crise" de euforia, dadas as perspetivas de desenvolvimento económico e social que se adivinhavam e também pelo facto de, finalmente, o país se sentir pertencendo a uma Europa da qual tinha andado arredio politicamente havia largas dezenas, senão centenas de anos. No caso particular de Portugal, foi nitidamente uma boa "crise", aquela que se viveu naqueles anos iniciais da pertença por direito próprio ao bloco comunitário. Houve assim, um misto de sentimentos que se puderam perceber em Portugal. Por um lado, os bons: pertença, perspetiva de futuro, desenvolvimento socioeconómico, novos projetos, acesso ao mundo pela porta aberta da Europa, entre outros; por outro, os maus: o ajustamento da estrutura económica, a concorrência com modos de fazer mais sofisticados e eficazes, a necessidade de lutar pelos mercados e tomada de consciência que era preciso fazer muito mais para se chegar ao nível médio dos nossos parceiros.

espectro político — e, por outro, de ‘menos integração’ — por conseguinte minoritárias naquele espectro — promoviam de novo mais pulsão de movimento de incerteza quanto aos benefícios/malefícios de tal caminho a empreender.

Estão na mesa os ingredientes para a percepção de “crise” permanente, mas por analogia com uma tempestade de vento, afinal é apenas o ‘ar em movimento’ visto que o vento não tem existência material<sup>73</sup>.

De facto, os acontecimentos globais são de tal complexidade e magnitude que nos impregnam da incerteza da existência de algo perene e seguro que tínhamos conseguido até ao momento imediatamente anterior.

De novo, a “crise” é uma súpula de percepções de acontecimentos que na maioria das vezes não estão ligados diretamente, mas cuja permanente tomada de consciência nos leva à sensação de constante insegurança no que está para vir.

### 3.6.2. O ‘triplo-salto’ consumado

Com o Tratado de Maastricht<sup>74</sup> ficaram definidas as novas prioridades da União Europeia<sup>75</sup>.

A instauração dos três pilares fundamentais da União Europeia era mais um passo no trabalho de construção europeia e consolidava todas as realizações alcançadas até ali, tentando preparar a UE para os novos desafios que tinha como atualidade: globalização, queda do muro de Berlim e consequente desmembramento do Bloco Soviético, deriva caótica naqueles países e possibilidade mais que provável de aproveitamento da oportunidade geoestratégica de chamar a si os países que até ali gravitavam na esfera daquele bloco a Leste, trazendo-os para o concerto da União Europeia.

---

<sup>73</sup> O nome ‘vento’ é a designação que se convencionou atribuir ao fenómeno do ar em movimento; materialmente, não existe vento, o que existe é o ar e que, em movimento, com maior ou menor intensidade se desloca predominantemente, em cada período de tempo mais ou menos definido, de um quadrante para outro, mas que encerra em si direções que, momentaneamente, podem variar de sentido.

<sup>74</sup> Assinado em Maastricht, na Holanda, em 7 de fevereiro de 1991, entrou em vigor a 1 de novembro de 1993.

<sup>75</sup> Foi instituída a União Europeia, com base nas Comunidades Europeias e apoiada pelas políticas e formas de cooperação instauradas pelo Tratado da União Europeia, os três pilares, a saber: a Comunidade Europeia (1º pilar), a Política Externa e de Segurança Comum — PESC (2º pilar) e a cooperação nos domínios da justiça e assuntos internos (3º pilar).

A Europa estava a concretizar mais um passo da profecia do General De Gaulle, a construção de uma “Europa do Atlântico aos Urais”.

No entanto, mais uma vez a perspectiva de “crise” mundial pairava pois, com o fim da bipolarização mundial em dois blocos político/militares distintos, com a desintegração unilateral de um deles, passaria a haver uma quantidade não despreciable de países que ficariam ‘órfãos’ de controlo político o que em termos de gestão geoestratégica de um mundo bipolarizado seria uma incógnita. A este respeito, Raquel Patrício cita Adriano Moreira que, de forma lapidar, sobre a nova ordem mundial que se estava a estabelecer afirmou, em 1991, “(...) apenas sabemos que acabou a antiga (...)” (Patrício, 2009: 301).

As débeis estruturas políticas/administrativas da grande maioria daqueles países que gravitavam em torno da ex-União Soviética, poderiam vir a ruir com estrondo, como viria a acontecer, caindo nas mãos de poderes ocultos que deixariam de ter qualquer tipo de tutela orientadora. De realçar que muitos deles, essencialmente na área geográfica da Europa, conseguiram<sup>76</sup> fazer transições com cariz tradicionalmente democrática, conseguindo dessa forma dar corpo à eleição de representantes que defendiam e se entendiam sujeitos aos valores da democracia e do respeito pela decisão soberana dos seus cidadãos<sup>77</sup>.

A queda do muro de Berlim e demais consequências em todo o bloco soviético no período entre 1989 e entrados anos 90 do século passado, podem ser caracterizados como um período de grande convulsão na Europa e no resto do Mundo. Aliás há referências que se encontram um pouco por toda a comunicação social portuguesa apontando aqueles anos como uma época de ‘revoluções europeias’ (Patrício, 2009).

Apesar de toda aquela movimentação política, no entanto, a “crise” da Europa não aparece como superior ou inferior à de outros períodos menos movimentados.

Voltamos à crença que a “crise” é mais um fenómeno linguístico de significação abstrata, que reporta a tudo o que nos inquieta no momento e que vemos como

---

<sup>76</sup> Não querendo fazer conjeturas aparentadas com teorias da conspiração, estamos em crer que a intervenção sub-reptícia dos serviços de informações e chancelarias dos países europeus e americanos, em alguns dos processos de transição daqueles países, foi determinante para que os valores democráticos e de estabilidade política pudessem ter vencimento num clima de grande instabilidade social, política e administrativa derivada da ruína dos poderes instituídos.

<sup>77</sup> A forma de expressar tais valores democráticos, revelou-se, por vezes, um pouco bizarra, à luz dos padrões habitualmente aceitáveis nos países ocidentais, no entanto, aparte os conflitos graves ocorridos nos Balcãs nos anos 90 do século passado, as transições foram bastante pacíficas e contribuíram decisivamente para a estabilização política desses territórios e a consequente adesão à UE.

ruptura com o passado recente. Se “crise” houve na Europa, então aqueles tempos foram-no de certeza, pelo risco de contágio de instabilidade que se poderia ter instalado a partir dos nossos vizinhos a Leste, em particular os dos Balcãs onde a guerra não se ficou pela miragem, mas, infelizmente, por milhares de mortos e feridas sociais que, por certo, tão cedo não vão desaparecer das mentes dos intervenientes diretos e de todos quantos assistiram impávidos ou impotentes ao desenrolar sangrento dos acontecimentos.

A guerra fratricida dos Balcãs, dos anos 90 do século passado, sim, foi uma tremenda “crise” e uma lembrança à nossa adormecida memória que o espectro da desgraça e do terror está ali à espreita ao mínimo descuido e desinteresse na continuação do projeto de construção europeia nos moldes fundacionais do Tratado de Roma.

Por outro lado, os problemas havidos com o Mecanismo de Taxas de Câmbio (MTC) do Sistema Monetário Europeu (SME) com os contínuos ataques que os ‘mercados’ fizeram às moedas que ali estavam representadas, promovendo flutuações que vão para além das margens definidas como aceitáveis<sup>78</sup>, mostravam as deficiências do Tratado de Maastricht nesta matéria.

Mais uma “crise” promovida por uma “krísi” anterior, quando foi preciso avançar para uma remodelação dos tratados que culminaram no de Maastricht. A este respeito cito James Baker<sup>79</sup> quando afirmou que “(...) as grandes realizações contêm no seu êxito as sementes de problemas futuros. (...)”. Desta feita, era preciso dar novo impulso político, sinalizando que as debilidades momentâneas tinham de ser ultrapassadas com mais e melhor integração e coordenação institucional. É o ‘método funcional’ comunitário a vir de novo ao de cima, promovendo continuamente a resolução dos problemas encontrados e que se avizinham.

### **3.7. O sexto estágio: Tratado de Amesterdão**

#### **3.7.1. A vertigem dos tempos do fim do séc. XX**

A turbulência da construção europeia continuava na senda da inquietação permanente, como temos vindo a tentar demonstrar.

---

<sup>78</sup> Ver [http://europa.eu/european-union/topics/economic-monetary-affairs\\_pt](http://europa.eu/european-union/topics/economic-monetary-affairs_pt) (2017, 20 de abril).

<sup>79</sup> Antigo Secretário de Estado Norte Americano de 1989-1992, durante a administração George W. Bush, entre outros cargos de relevo na administração da Casa Branca.

As dificuldades internas de alguns países em verem sufragado o Tratado de Maastricht<sup>80</sup> e o gradual aumento de complexidade temática da intervenção da UE, agora também com uma moeda única a caminho, a reunificação alemã, a instabilidade política a Leste — Rússia e ex-países satélites — que apontavam para um movimento pró-integração na União, mostraram que as respostas de adaptação institucionais, embora recentes, já apresentavam debilidades que urgia emendar e preparar para os novos desafios.

Mais uma “krísi” e não uma “crise”.

### 3.7.2. A inovação para combater a vertigem

O Tratado de Amesterdão<sup>81</sup> comporta um aumento das competências da UE nos domínios de intervenção já consignados, mas vai mais longe assumindo pela primeira vez a possibilidade de haver avanços desfasados por grupos de países, as denominadas ‘Cooperações Reforçadas’ (Parlamento Europeu, 2014: 19).

Estas ‘cooperações reforçadas’ são a resposta a mais uma “crise” de velocidade de integração europeia, permitindo que os países já preparados para darem passos de aprofundamento em determinado domínio não fiquem bloqueados por outros países que entendem não o querer fazer, por simples resistência ao avanço ou porque não estão, de facto, ainda suficientemente preparados para o efeito.

No entanto, tratando-se de ‘integração’, a norma define que essa ‘cooperação reforçada’ só pode ser dada no sentido positivo e não no negativo, ou seja, só pode ser no sentido de mais integração e não da menos integração depois de alcançado determinado patamar.

O período pós queda do muro de Berlim, que precipitou a desagregação do bloco soviético, como já referimos anteriormente, deu origem a um movimento de grande incerteza e inquietude política por parte dos países que estavam associados naquele bloco. Como é sabido, aquela associação não foi promovida por vontade própria dos Estados, mas por vontade ‘anexadora’ do vizinho poderoso e vencedor que os tinha ‘libertado’ do jugo

---

<sup>80</sup> A França viu o Tratado aprovado em referendo (setembro de 1992) por uma escassa margem, depois de uma campanha política interna muito intensa, com forte movimento de contestação; a Dinamarca viu um primeiro referendo ser negativo e que depois se transformou em positivo.

<sup>81</sup> Assinado em 2 de outubro de 1997, em Amesterdão, Países Baixos, entrou em vigor em 1 de maio de 1999.

nazi. Foi um processo de contornos traumáticos para todos os anexados e que, levou, ato imediato à decomposição do bloco onde tinham sido forçados a estar, ao sentimento de necessidade de fugir de tal garrote e tentar obter refúgio num bloco onde podiam estar de livre vontade e que, dadas as características de funcionamento solidário e mais inclusivo, lhes permitiria obter a segurança necessária para finalmente poderem desenvolver os seus potenciais civilizacionais de forma unida, mas a UE não podia deixar de fazer o necessário para que tal vontade pudesse sair defraudada, embora, consciente que os diferenciais de desenvolvimento socioeconómico seriam aspetos de muita preocupação, dado o volume de países, território e população que estava à porta para querer entrar numa união que já de si estava a enfrentar dores de crescimento muito acentuadas.

Paralelamente a estes movimentos dos países a Leste, em 1995, dá-se o quarto alargamento a mais três países<sup>82</sup>, consolidando o crescimento a Norte e ao Centro o que significou, na expressão do Chanceler Alemão Helmut Kohl, que “(...) o Báltico passava a ser tão Europeu como o Mediterrâneo. (...)” (Patrício, 2009: 417).

O Tratado de Amesterdão teve em conta que havia necessidade de criar condições para a perspectiva de uma adesão que aumentaria o número de membros para um limite de 20. No fim, como veremos mais adiante, a União passou de 15 a 25 e, pouco tempo depois, a 27 e ainda a 28.

“Crise”? Não. Crescimento por imperativos geoestratégicos e, talvez, morais.

Os países da Europa Ocidental não podiam ter andado a defender e a lutar contra a política musculada Soviética e, logo depois que tal músculo se esvai, deixar os que ali estavam enclausurados pelos tendões que se distenderam por ação de esgotamento interno, vendo-se assim livres, não fossem de imediato acolhidos e tratados como iguais por aqueles que momentos antes se apresentavam como seus defensores e solidários com a sua triste sorte.

Não obstante, adaptando o que Adriano Moreira escreveu a propósito do Ato Único, citado por Raquel Patrício “(...) de não ser «a bandeira cravada no topo da montanha (...)», mas antes «o ferro cravado na encosta pelo escalador que não desiste» (...)” (Patrício, 2009: 281), poderíamos dizer que desta vez ‘o escalador’ não podia desistir e tinha de dar um passo firme no apoio a quem sendo de dentro, por razões de

---

<sup>82</sup> Áustria, Finlândia e Suécia que correspondem ao aumento de cerca de 21 milhões de pessoas e acrescentar mais cerca de um terço ao território; pela segunda vez a Noruega viu-se arredada da adesão que tinha solicitado pois em referendo interno a maioria da população voltou a negar a vontade de aderir.

geoestratégia e de força político/militar, se viu estrangido, ou talvez sacrificado, a estar por uns tempos por fora.

Esta adaptação à dimensão quantitativa da união, promovida em Amesterdão contou, no entanto, com fortes resistências no seio dos seus membros, em particular porque um aumento substancial do número de membros iria trazer estrangimentos na dinâmica de gestão e distribuição de poder no seio das instituições, com reflexos no número de Comissários e no número de votos no Conselho. Partilha, solidariedade, despojamento em favor do bem comum? Sim, mas não tanto. Os Estados ainda são os Estados, logo têm de ser considerados como unidades iguais. Este era — e continua a ser — o pensamento e a prática dominante e não se augura que alguma vez, pelo menos no espaço temporal que conseguimos alcançar, se venha a modificar.

Foi a “crise” da quantidade de votos e de lugares nas esferas de poder comunitárias. Os países de maior dimensão tinham de ser ‘compensados’ pela relativa perda de influência derivada da entrada de países de pequena e média dimensão a que se tinha assistido e se perspectivava/impunha continuar a ocorrer.

A solução para a “krísi” que foi propalada como iminentemente insanável, acabou por acontecer com a criatividade inerente a um trabalho de grupo onde todos têm de contribuir. Número de votos aliado ao número de população respetiva que representa dentro de limites mínimos e máximos fixados. Tal como na matemática, para cada situação problemática há que encontrar uma resposta que a possa resolver, sendo relativamente despiendo as formulas usadas para lá chegar.

Uma boa “crise”, portanto.

### **3.8. O sétimo ajuste: Tratado de Nice**

O Tratado de Nice foi a “(...) resposta possível, ambígua e labiríntica, às grandes questões que hoje se colocam à UE. (...)” (Gonçalves, José & Gomes, 2001). Foi assim que três investigadores do ISCTE se referiram relativamente ao que foi conseguido pelo Tratado de Nice.

Quando se junta ‘possível’, ‘ambiguidade’ e ‘labirinto’ para se definir alguma coisa que acabou de ser realizada, por certo, de algo de inquietante, por deficitário, se trata.

O aumento dos desafios que se colocavam à UE na viragem do século e que se vinham a manifestar de forma acelerada desde finais da década de 80 do séc. XX, levou a que em 10 anos a Europa comunitária se visse obrigada a rever os seus artigos fundacionais 3 vezes<sup>83</sup>.

A questão da União Política continuava em cima da mesa, ou melhor, na pasta dos pendentos, sendo certo que é este o tema que mais engulho traz aos Estados Membros e é o passo que, aparentemente, ninguém está interessado em dar, embora a maioria o clame como resposta necessária para cimentar os avanços setoriais conseguidos.

Nice foi, nas palavras de Raquel Patrício, “(...) a expressão dos egoísmos nacionais num novo tratado, que avançou muito pouco em relação ao cenário de Amesterdão e em praticamente nada preparou a União para o alargamento a Leste.” (Patrício, 2009: 502). A luta intensa pelo equilíbrio do poder relativo que cada Estado Membro passaria a ter numa Europa alargada a Leste foi o mote para uma convocação de imediato de uma nova Conferência Intergovernamental, para 2004, com o intuito de clarificar o quadro institucional da UE.

Estava a UE perante uma nova “crise” ou continuava na senda da “crise” anterior? No nosso ponto de vista, a UE continuava a apresentar a mesma debilidade de (in)decisão política dos seus membros que continuavam a fechar-se nos seus estreitos cantos de irredutibilidade contra mais integração.

### **3.9. O ato falhado ou o exercício da democracia: Tratado Constitucional**

Após o interregno de Nice, onde as decisões sobre os denominados ‘temas de Nice’<sup>84</sup> continuaram sem resultado de decisão convincente, a premência do alargamento aos candidatos de Leste impunha que o futuro da Europa fosse debatido convenientemente e de forma ampla.

Uma declaração anexa ao Tratado de Nice — Declaração Relativa ao Futuro da Europa — previa que até à Conferência Intergovernamental de 2004, fosse convocada

---

<sup>83</sup> Pulsão que não ficaria a por ali pois, até 2007, portanto, menos de 20 anos, ainda fosse tentado um Tratado Constitucional, que fracassou, e uma nova adaptação, desta feita, conseguida — o Tratado de Lisboa —, assinado em 2007, que abordaremos mais adiante.

<sup>84</sup> Estatuto da Carta dos Direitos Fundamentais, a simplificação dos Tratados e o papel dos Parlamentos Nacionais na estrutura decisória da UE.

uma Convenção onde, de forma estruturada, seriam debatidas as propostas entretanto conseguidas através da intervenção de todos os protagonistas, a saber, os representantes dos Estados Membros, os representantes dos Parlamentos Nacionais, representantes dos cidadãos da União e dos cidadãos dos países candidatos.

Após aquele período de debate aberto a todos os cidadãos europeus, reunir-se-ia uma Convenção, onde as respetivas propostas seriam analisadas de uma forma mais estruturada, com vista a serem apresentadas à Conferência Intergovernamental de 2004.

A Convenção adquiriu uma dinâmica muito própria, que lhe trouxe um relevo e importância acrescida face ao que tinha sido inicialmente estimado pelos Estados Membros (Patrício, 2009: 511).

Na prática, a Convenção passou a ser o ponto de encontro fulcral do processo de elaboração daquilo a que se veio a chamar de Tratado Constitucional<sup>85</sup>.

Um tal documento, que teve tanta participação da sociedade europeia a todos os níveis, depois de aprovado e assinado pelos representantes do Conselho ganhou foros de autonomia democrática que só podia ser sujeito a validação por sufrágio dos cidadãos que contribuíram para o elaborar.

Esta era a visão benévola da maioria dos dirigentes europeus que, assim, veriam finalmente um documento fundamental votado e aceite pelos povos europeus.

Os Holandeses e os Franceses, por razões diversas que não cabe aqui analisar, votaram negativamente. Um esforço coletivo de 4 anos promovido pelas instituições, tanto comunitárias como nacionais, foi desperdiçado.

Foi mais uma “crise” ou um exercício simples de democracia? Estaria a democracia em “crise” ou estávamos perante um resultado democrático, de facto, revelador que os cidadãos europeus não queriam ultrapassar as linhas de transferência de soberania para a competência da UE, atingidas até aquele momento?

Foi uma “krísi”, pois houve ‘avaliação’ e houve ‘decisão’, pese embora a decisão não fosse aquela que os dirigentes europeus estavam à espera.

Foi a democracia que funcionou.

---

<sup>85</sup> Esta designação foi objeto de grande controvérsia semântica por parte de reputados constitucionalistas e especialistas em direito comunitário pelas contradições que à luz do direito encerram o uso das palavras ‘Tratado’ e ‘Constituição’; cfr. (De Quadros, 2004; Moreira, 2012; Cunha, 2013; Pereira & De Quadros, 2013; Campos, Campos & Pereira, 2014; Mesquita, 2016; Pereira, 2016; Martins, 2017).

### 3.10. O momento atual: Tratado de Lisboa (o Reformador)

Face a um enorme impasse político, por inação, provocado pelo legítimo exercício de um dos mais importantes institutos da democracia — o voto — mais uma vez a UE conseguiu dar rumo às incertezas, dificuldades e contrariedades que vinham a avolumar-se, pela urgência, desde 2001, com o mínimo Tratado de Nice.

‘A necessidade aguça o engenho’<sup>86</sup>, e foi isso que permitiu que durante a terceira Presidência Portuguesa da UE<sup>87</sup> se tenha conseguido elaborar em tempo record, uma nova versão dos Tratados que pudesse dar algum descanso institucional a uma UE muito precisada de estabilidade política e decisória, onde os ‘temas de Nice’ acima referidos pudessem ser minimamente concretizados.

A validade do Tratado Reformador<sup>88</sup> (mais conhecido por Tratado de Lisboa) está demonstrada pela duração que já tem, não havendo objeções de monta à sua continuação em atividade. Não obstante, a eventual necessidade de revisão está consignada no texto do próprio Tratado (art.º 48.º do TUE) (União Europeia, 2010).

Na nossa opinião, os problemas institucionais da UE não derivam dos textos dos Tratados. A eventual “crise” não está no conteúdo do articulado daqueles documentos. Por aquele lado não reside “crise”, apenas fronteiras ainda não abertas.

Não há “crise” nos Tratados, pois estes refletem apenas a vontade dos Estados Membros e, quando for entendido necessário, aqueles são suficientemente abertos para comportar todas as alterações que sejam definidas como imperiosas.

A perspetiva de revisão do Tratado de Lisboa, até pela inaudita conjuntura de saída de um dos Estados Membros<sup>89</sup>, no curto e médio prazo, é muito difusa.

Por norma, quando há emergência de resolver um problema muito complicado que está entre mãos, não devem ser tomadas posições que promovam fatores crescentes de instabilidade que dificultem a resolução desse problema. A saída do Reino Unido da UE, pela singularidade que encerra em 60 anos de integração europeia, tem de ser entendida com um olhar de estabilidade institucional vigente e não pode em cima dele

---

<sup>86</sup> Provérbio Português.

<sup>87</sup> Julho a dezembro de 2007.

<sup>88</sup> Altera o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE), foi assinado em Lisboa, em 13.12.2007, e entrou em vigor em 1.12.2009 (União Europeia, 2010).

<sup>89</sup> A Grã-Bretanha apresentou a sua vontade de saída da União Europeia em fim de março de 2017, sendo uma incógnita para todos, a começar pelos próprios Britânicos, o que vai acontecer e as consequências de facto de tal decisão.

haver outros fatores com características de potenciar desequilíbrios institucionais que se lhe venham a acrescentar.

É mais uma “crise”, portanto. Desta vez, e mais uma vez, inédita dentro do processo de construção europeia, pois, neste caso, está a falar-se de um processo inverso, um processo de desintegração.

Teremos, por certo, de a analisar mais tarde com o recuo histórico necessário e suficiente que se impõem a um processo que se sabe apenas que será muito complexo e que marcará a nossa História comum, não a ‘ferro e fogo’, mas, como se espera, com debate intenso e aberto.



## **Conclusão**



A questão com que iniciamos este trabalho não tem uma resposta definida, mesmo num espaço de apenas 60 anos da história de uma Europa que tem mais de cinco dezenas de séculos de registo.

Considerando as definições disponíveis para “krísi” e “crise”, podemos, se aplicadas caso a caso, a cada um dos eventos, acontecimentos e processos (fatores) ocorridos naquele período, proporcionar apenas algum nível de aproximação entre as definições e cada um deles.

No entanto, na pequena seleção de fatores que fizemos: ‘crise política’, ‘crise energética’, ‘crise de emprego/desemprego’ e ‘evolução societária’ (assumido como o ‘processo de instituição das Comunidades Europeias’), somente este último se revelou com um grande nível de adesão ao conceito de “krísi”, enquanto todos os outros ficam melhor colocados, em termos semânticos, se forem enquadrados nas definições categóricas que lhes atribuímos em 1.3., dado que os desequilíbrios temporários, subjacentes a um ‘estado de crise’, naqueles casos, não se verificam, pois não são desequilíbrios temporários mas sim permanentes.

Há, contudo, uma dimensão de análise que não foi tida em conta e que, necessariamente, poderá pesar mais que qualquer conjectura que aqui se possa fazer e que é o inquérito direto a cada uma das pessoas de forma a elucidarem-nos sobre a perspetiva que têm sobre o que é uma “crise” — ou melhor, a sua “crise” — e os aspetos relevantes que condicionam tal entendimento. Em especial no que respeita ao ‘emprego/desemprego’, pois aqui, o fator do indivíduo e do núcleo familiar restrito que tem associado, pesará substancialmente na multiplicação da perceção e no resultado coletivo que dali resulta.

Estudar a diferença de atitude que cada uma das perceções individuais causa — vitimização e lamentação na “crise” ou orientação para a mudança na “krísi” — poderia trazer dados relevantes para uma melhor compreensão do fenómeno numa perspetiva agregada como aquela que se pretendeu ter neste trabalho.

Obviamente, a possibilidade de operacionalizar tal estudo não está ao alcance desta investigação, pelo que as hipóteses aqui aventadas ficam apenas limitadas à análise dos trabalhos e ensaios consultados e também, um pouco, à nossa prática empírica de alguns anos.

Ligado a esta questão de perceção individual do estado de “crise”, encontramos também um conjunto de mecanismos comunicacionais que impelem o recetor a estar em permanente contato com a multivalente palavra “crise”.

Estes processos comunicacionais, bem estruturados no plano do interesse do emissor, por certo promoverão uma interiorização mais negativa ou positiva de uma dada situação crítica que, por ser maioritariamente induzida como negativa, conduz de imediato para a palavra-chave que justifica todo este trabalho — a perceção de estado permanente de “crise” na Europa nos últimos 60 anos.

A dimensão do problema que aqui nos trouxe é mote para uma análise mais aprofundada e até com intervenção multidisciplinar, pois não se trata apenas de identificar o que é “crise” ou não, mas também, eventualmente, perceber os contextos específicos de interesses, motivações e expectativas que emissor e recetor têm, ou percecionam, para adotarem determinado comportamento que os conduz à assunção de um estado de “crise”.

Por fim, da análise dos fatores definidos e da sua confrontação com o conceito de “crise”, parece-nos claro que a palavra “crise”, aplicada indiscriminadamente a tudo o que mexe connosco e nos desequilibra, é um exagero semântico que, por certo terá mais que ver com uma envolvente coletiva particular de cariz mais depressivo, que tende a ser mimetizada por cada indivíduo de forma a alinhar-se pela perceção comum.

Assim, neste caso e na nossa leitura, o mito ‘não confirma’ a realidade.

A Europa não está em estado permanente de “crise”.

A Europa estará, eventualmente, em estado permanente de desequilíbrio (‘evolução’) motivado pelo seu movimento natural de abertura e de integração e, por via disso, da necessidade de construir e/ou reconstruir em permanência uma arquitetura que se desenha a cada passo sem referência de outra construção idêntica que lhe sirva de modelo.

Esse movimento constante de mais integração promove um sobressalto, no nosso entendimento, virtuoso, que em termos agregados aponta para uma melhoria constante face aos termos de referência iniciais e que, dentro das categorias classificadas acima como hipóteses, se pode incluir dentro do denominado ‘problema dinâmico’.

Por outro lado, muitas das situações a que se colam situações ditas de “crise” da Europa/UE não o são pois, na maioria dos casos, esta não tem competência atribuída nos Tratados para poder tomar decisões unilaterais e vinculativas para cada Estado Membro, como se se tratasse de puros atos legislativos<sup>90</sup>.

Parte substancial daquelas pretensas “crises” remetem apenas para a responsabilidade individual de um ou mais Estados que pelo facto de, eventualmente, pertencerem

---

<sup>90</sup> Art.º 289º, 290º e 291º do TFUE (União Europeia, 2010).

à UE não pode nem deve ser extrapolado para um vínculo suficiente para lhe atribuir responsabilidade como um todo.

Verifica-se, pelo contrário, que nas matérias onde a competência é exclusiva<sup>91</sup> (aduaneira, concorrência no que toca ao mercado interno, comércio, recursos biológicos marítimos e monetária para os da zona da moeda única) da UE, por norma, não há conexão com fatores de “crise” ou de problema relevante que leve a tal classificação.

A exceção neste particular será a Moeda Única, mas neste caso estamos a falar apenas de uma parte dos Estados Membros e, salvo melhor entendimento, os problemas que subsistem em alguns desses Estados não resultaram da política comunitária, mas sim da política interna de cada um, cuja gestão face ao vendaval provindo do exterior da Europa, foi propiciadora das consequências negativas que se conhecem. Não obstante, dentro dos limitados mecanismos que esses mesmos países atribuíram à União a respeito da política monetária, tenha sido possível acionar a custo<sup>92</sup> algumas soluções.

Tomados em consideração os fatores que definimos para este estudo — “crises” políticas, “crise” energética, “crises” do emprego/desemprego — excluindo a ‘evolução societária’ que é geral e não é necessariamente setorial — e o estatuto de competência atribuído pelos Tratados a cada um daqueles três, conclui-se que apenas na Energia há competência partilhada<sup>93</sup> e que aponta, essencialmente, para a resolução comum de problemas de segurança do abastecimento, funcionamento eficaz das redes de interligação e distribuição e promoção da aumento de produção de energia aproveitando as fontes de energia limpas e de cujo fornecimento está livre da dependência externa.

Neste particular a “crise” é do aumento do nosso consumo e da não satisfação desse consumo pela produção própria, logo estamos em *deficit* permanente, ou seja, temos uma ‘debilidade permanente’ e não uma “crise”.

No que toca ao Emprego, há coordenação de políticas<sup>94</sup>, e isso significa que há muito pouca intervenção direta da UE e apenas iniciativas de âmbito geral e transversal no sentido da promoção de potencialidades e mecanismos de apoio às ações nacionais.

---

<sup>91</sup> Art.º 3 do TFUE (União Europeia, 2010).

<sup>92</sup> É sabido que o tipo de intervenção monetária salvadora ‘exigida’ por alguns países que estavam naquela situação dramática, não está prevista nos Tratados e, por conseguinte, no mandato que o Banco Central Europeu tem para cumprir. E não está, porque aqueles mesmos países com os outros, em sede atempada de decisão, assim não entenderam decidir ou não previram incluí-la como atribuição da UE. Então, não se pode exigir a aplicação de uma regra quando ela não existe.

<sup>93</sup> Art.º 4 do TFUE (União Europeia, 2010).

<sup>94</sup> Art.º 5 do TFUE (União Europeia, 2010).

Não é a UE que cria empregos, são os Estados que o podem e devem fazer, criando condições de atratividade para o investimento e instalação de empresas. A UE somente pode ajudar a coordenar políticas comuns e é o que faz.

Quanto às “crises” políticas, como não poderia de deixar de ser, estão fora de controlo comunitário e cabe exclusivamente a cada Estado, soberanamente, a sua gestão, sendo certo que quando numa família um dos membros está mal o conjunto também sofre com isso, e essa situação é mais visível quanto maior for o peso específico do Estado Membro que está a ser objeto de tal “crise”.

É clara a separação de poderes de intervenção entre a UE e os Estados que se encontra vertida nos Tratados, no entanto, no que toca à noção pública dos limites de tal separação de responsabilidade, percebe-se que a fronteira é difusa, por vezes obscura e apresenta espaços indefinidos que dão espaço a todas as confusões e interpretações.

Como abordado anteriormente, há uma lógica de interesse individual — que pode ser um indivíduo, uma empresa, um partido político, um governo, ou um Estado — no jogo de palavras e mistura de conceitos dos diversos intervenientes que promove essa noção de dificuldade de foco nos aspetos essenciais da responsabilidade de facto entre o que pertence aos Estados e o que cabe à UE. Infelizmente, a nosso ver, em detrimento desta.

Neste contexto de multiplicidade de atores, fontes, fatores, interesses, nível de informação e desajuste temporal em que cada um deles se pode misturar para atingir o resultado pretendido, concluiu-se que o ‘estado de crise permanente’ em que amiúde vemos e revemos a Europa/UE, no nosso entender, é, essencialmente, uma ‘realidade construída’ o que, por definição, é o que significa ‘mito’.

Temos assim, uma Europa/UE ‘Unida na Diversidade’, uma ‘realidade construída’, naturalmente, multifacetada e um ‘mito’, que vindo de onde vem e a quem se destina, só podia ser ‘multivalente’.

A tudo isto juntamos umas dezenas de ‘egos nacionais’ e de ‘línguas’ como códigos de comunicação para servir de cimento e para garantir que tudo funciona na perfeição.

Afinal, o ‘Mito’ somos nós e a “Crise” permanente de que falamos, constantemente, é a forma de o manter vivo.

## **Referências Bibliográficas**



- ABADIA, Leopoldo. La Crisis Ninja Y Otros Misterios de La Economia Actual (9ª ed.). Espasa. Madrid: 2009;
- ALTMAN, Daniel. A Crise Mundial: Riscos, Tendências e Oportunidades. Editorial Presença. Barcarena, 2011;
- AMAR, Cécile. L'Homme Qui Ne Voulait Pas Être Roi: conversations avec Jacques Delors. Éditions Grasset & Fasquelle. Paris: 2016;
- ARENDT, Hanna. Crises da República (2ª ed.- 3ªreimp.). Editora Perspectiva. São Paulo, Brasil: 2008;
- BECK, Ulrich. A Europa Alemã — De Maquiavel a “Merkievel”: estratégias de poder na crise do Euro. Edições 70. Lisboa:2014;
- BENTO, Vítor. Perceber a crise para encontrar o caminho (2ª ed.). Deplano Network. Lisboa: 2011;
- BONIFACE, P.; VÉDRINE, H. Atlas das Crises e dos Conflitos. Plátano Editora. Lisboa: 2009;
- CAMERON, Rondo. História Económica do Mundo (2ª ed.). Publicações Europa-América. Mem Martins: 2004;
- CAMPOS, J. M.; CAMPOS, J.L.; PEREIRA, A.P. Manual de direito europeu (7ªed.). Coimbra Editora. Coimbra: 2014;
- CAMUS, Jean-Yves; et.al. A Democracia Europeia. Publicações D. Quixote. Alfragide: 2015;
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade (2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 2007;
- Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado, Universidade Coimbra. Dicionário das Crises e das Alternativas. Almedina. Coimbra, 2012;
- CHESNEY, Marc. De la Grande Guerre à la Crise Permanente. Presses polytechniques et universitaires romandes. Lausanne, 2015;
- CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre. L'Europe sortie de l'Histoire?. Pluriel. 2015;
- COELHO, Carlos Miguel; RODRIGUES, António. O Parlamento Europeu... depois de Nice. Folio Edições. 2001;
- COVAS, António. A Contingência Europeia - As linhas de fratura e a transição para a União Política. Edições Sílabo. Lisboa: 2016;
- CROZIER, Michel. A Crise da Inteligência. Instituto Piaget. Lisboa: 1995;
- CUNHA, Paulo P. Sombras sobre a Integração Europeia. Coimbra Editora. Coimbra: 2013;
- DELAUME, Coralie. Europe, les États Désunis. Michalon Éditeur.Paris: 2014;

De QUADROS, Fausto. Direito da União Europeia. Almedina. Coimbra: 2004;

ENGELS, David. Le Déclin — La crise de l'Union européenne et la chute de la République Romaine (2<sup>ème</sup> ed.). Éditions du Toucan. Paris: 2013;

FERNANDES, José P.T. A Europa em Crise. Quidnovi. Vila do Conde: 2012;

FERREIRA, Eduardo Paz. Da Europa de Schuman à Não Europa de Merkel. Quetzal. Lisboa: 2014;

FONSECA-STATTER, Guilherme. Anatomia da Crise: Crónica de um desastre anunciado. Zéfiro. Sintra, 2009;

FONTAINE, Pascal. A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias. Edições Gradiva. Lisboa: 1998;

FONTES, José. O direito ao quotidiano estável. Coimbra Editora. Coimbra, 2013;

FRIEDMAN, Milton. The role of monetary policy. The American Economic Review, 58, April, 1968;

FREEMAN, Chris; LOUÇÃ, Francisco. Ciclos e Crises no capitalismo Global — Das Revoluções Industriais à Revolução da Informação. Edições Afrontamento. Porto: 2004;

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Gradiva. Lisboa: 1992;

GADAMER, Hans-Georg. Herança e Futuro da Europa (reimp.). Edições 70. Lisboa, 2009;

GEARY, Patrick J. O Mito das Nações — a invenção do nacionalismo. Gradiva. Lisboa: 2008;

GODINHO, Vitorino M. A crise da História e as suas novas directrizes (3<sup>a</sup> ed.). INCM. Lisboa: 2013;

GONÇALVES, Maria Eduarda; JOSÉ, Pedro Quartim G.S.; GOMES, João Salis. O Tratado de Nice e o Futuro da Europa. Áreas Editora. Lisboa: 2001;

GREEN, David Michael. The Europeans: Political Identity in an Emerging Polity. Lynne Rienner Publishers. London, 2007;

HARO, Fernando Ampudia de. As retóricas da crise em Portugal. CIES e—Working Paper Nº145/2013. CIES—IUL (Centro de Investigação e Estudos em Sociologia — Instituto Universitário de Lisboa). 2013;

HIRST, John. Breve História da Europa. Publicações D. Quixote. Alfragide: 2013;

HOBBSBAWN, Eric. Nations et nationalisme. Gallimard. 2015;

KEYNES, J.M. A Grande Crise e outros textos. Relógio d'Água. Lisboa: 2009;

KUPCHAN, Charles A; et.al. A Crise do Euro. Publicações D. Quixote. Alfragide: 2015;

JUDT, Tony. O século XX esquecido: lugares e memórias. Edições 70. Lisboa: 2014;

JUDT, Tony. Pós-Guerra: história da Europa desde 1945 (3ª ed.). Edições 70. Lisboa: 2009;

JUDT, Tony. Quando os factos mudam: ensaios 1995-2010. Edições 70. Lisboa: 2015;

JUDT, Tony. Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos. Edições 70. Lisboa: 2015;

LAMPREIA, J. Martins. Da Gestão de Crise ao Marketing de Crise. Texto Editores. Lisboa: 2007;

LOMBARDI, Franco. Crise do nosso tempo. EPU, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. 1975;

LOURENÇO, Eduardo. A Europa Desencantada: para uma mitologia europeia (2ª ed.). Gradiva. Lisboa, 2005;

OSHO. Tudo muda. Pergaminho. Lisboa: 2011;

MARR, Andrew. História do Mundo. Texto Editores. Alfragide: 2014;

MARTINS, Ana Maria Guerra. Manual de Direito da União Europeia (2ª ed.). Almedina. Coimbra: 2017;

MESQUITA, Maria José Rangel de. Direito da União Europeia - textos básicos. AAFDL Editora. Lisboa: 2016

MEYRONNIS, François. Proclamation sur la vraie crise mondiale. Éditions Les Liens Qui Libèrent. 2014;

MONNET, Jean. Memoires, Éditions Fayard. Paris: 1976;

MOREIRA, Adriano. A Europa em transformação: a crise do atlântico (4ª ed.). ISCSP. Lisboa: 2004;

MOREIRA, Adriano. A Comunidade Internacional em Mudança (3ª ed.). Almedina. Coimbra: 2007;

MOREIRA, Adriano. Ciência Política (5ª ed.). Almedina. Coimbra: 2012;

MORIN, Edgar. Pensar a Europa. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1986;

MORIN, Edgar. Para sair do século XX (trad. Vera Azambuja Harvey). Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro: 1986;

MOUFFE, Chantal. L'illusion du consensus (trad. francesa). Éditions Albin Michel. 2016

NOUSCHI, Marc. Em busca da Europa - Construção Europeia e Legitimidade Nacional. Instituto Piaget. Lisboa: 1999;

NOUSCHI, Marc. Breve Atlas Histórico do Século XX. Instituto Piaget. Lisboa: 1999;

NUNES, António Avelãs. A "Europa" como ela é. Página a Página. Lisboa: 2015;

Parlamento Europeu. 60 Anos de Europa. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu. Lisboa: 2008;

Parlamento Europeu. Fichas Técnicas sobre a União Europeia (ed. 2014). Serviço das Publicações da União Europeia. Luxemburgo: 2014;

PATRÍCIO, Raquel de C. Uma visão do projecto europeu: história, processos e dinâmicas. Almedina. Coimbra: 2009;

PEREIRA, André Gonçalves; De QUADROS, Fausto. Manual de Direito internacional Público (3ª ed.). Almedina. Coimbra: 2013;

PEREIRA, António P. Direito da União Europeia: o sistema institucional. Escolar Editora. Lisboa: 2016;

PINTO, José Filipe. Os Políticos e a Crise: de Salazar a Passos Coelho. Almedina. Coimbra: 2013;

PIRES, Francisco Lucas. Europa. Difusão Cultural. 1992;

PIRES, Francisco Lucas. O que é a Europa. Difusão Cultural. 1994;

PIRES, Francisco Lucas. A Revolução Europeia: antologia de textos. Parlamento Europeu - Gabinete de Informação em Portugal. Lisboa: 2008;

PHILLIPS, Tony (org.). A Europa à beira do abismo. Bertrand Editora. Lisboa: 2014;

PORTO, Manuel C. Lopes. Teoria da integração e Políticas Comunitárias — face aos desafios da Globalização (4ª ed.). Almedina. Coimbra: 2009;

RIBEIRO, Sérgio. Décadas de Europa. 1994;

RODRIGUES, Maria João. A Europa ainda é possível. Editorial Presença. Lisboa: 2013;

RÉMOND, René. Introdução à História do Nosso Tempo: do antigo regime aos nossos dias (3ª ed.). Gradiva, 2009;

RENAUD, Michel e MARCELO, Gonçalo (Coords). Ética, Crise e Sociedade. Edições Húmus. V. N. Famalicão: 2011;

SANDE, Paulo de Almeida. Fundamentos da União Europeia. Edições Cosmos. Lisboa: 1994;

SANDE, Paulo de Almeida. O Sistema Político da União Europeia. Edições Princípia. Lisboa: 1999;

SANTOS, João de Almeida (org.). À Esquerda da Crise. Nova Vega. Lisboa, 2013;

Secretariado Europa 1992; Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias em Portugal. Compreender Maastricht: O Tratado da União Europeia. 1992;

SEEGER, Matthew W.; SELLNOW, Timothy L. Narratives of Crisis — telling stories of ruin and renewal. Stanford Business Books. Stanford, Califórnia: 2016;

SCRUTON, Roger. *As Vantagens do Pessimismo*. Quetzal. Lisboa, 2011;

SLOTERDIJK, Peter. *Se a Europa Acordar. Relógio d'Água*. Lisboa: 2008;

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. *Portugal na Queda da Europa. Temas e Debates*. Lisboa: 2014;

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. “Da crise do ambiente à urgência de uma revolução ptolomaica nas ciências”, in João Cardoso Rosas e Vítor Moura (orgs.), *Pensar Radicalmente a Humanidade: ensaios em homenagem ao Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha*. Edições Húmus. V.N. Famalicão: 2011;

SOUSA, Teresa. *Europa Trágica e Magnífica*. Público. 2014;

TOURAINÉ, Alain. *Depois da Crise*. Instituto Piaget. Lisboa: 2012;

TRIANDAFYLLIDOU, A; WODAK, R; KRZYZANLONOWSKI, M. *The European Public Sphere and the Media*. Palgrave MacMillan: 2009;

União Europeia. *Versões consolidadas dos Tratados da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia; Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Serviço das Publicações da União Europeia. Luxemburgo: 2010;

VENTURA, André; FERNANDES, Miguel. *Justiça, Corrupção e Jornalismo*. Vida Económica. Porto: 2015;

VIEIRA, Pe. António. *História do Futuro e Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Baía*. Temas e Debates. Lisboa: 2015;

WOLF, Martin. *As mudanças e os choques*. Clube do Autor. Lisboa: 2015;

WOOD, S., QUAISSER, W. *The New European Union: confronting the challenges of integration*. Lynne Rienner Publishers. London, 2008;

## Referências WEB

<http://www.erc.pt/pt/jornalismo-jornalistas> (21. jan.2016)

<http://www.jornalistas.eu/?n=9382> (21. jan.2016)

<http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (06. fev.2016)

[http://europa.eu/about—eu/eu—history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about—eu/eu—history/index_pt.htm) (15. mar. 2017)

<http://www.coe.int> (20. mar. 2017)

[http://europa.eu/publications/statistics/index\\_pt.htm](http://europa.eu/publications/statistics/index_pt.htm) (25.mar.2017)

[http://europa.eu/european-union/topics/economic-monetary-affairs\\_pt](http://europa.eu/european-union/topics/economic-monetary-affairs_pt) (05.Abr.2017)



# Anexos



## Quadro 1

Acontecimentos Europeus	45-50	51-60	61-70	71-80	81-90	91-00	01-10	11-17
Efeito 2.ª Guerra Mundial								
Conselho da Europa	49							
OTAN (inclui EUA, Canadá e Turquia)	49							
CECA (51)								
Rejeição CED (Comunidade Europeia Defesa)		54						
Invasão da Hungria pelo Pacto de Varsóvia		56						
Mercado comum - CEE - CE - UE		57						
Crise da 'cadeira vazia' (França/CE)			66					
Saída da França da OTAN			66					
Esmagamento da 'Primavera de Praga' pela URSS			68					
Maios 68' em França (revolta estudantil e movimento social)			68					
Revolução política em Portugal				74				
Descolonização Portuguesa (exceto possessões na Índia) (ver MUNDO)				74, 75				
Criação 'Serpente Monetária'				72				
Alargamentos				73	81, 86	95	04, 07	13
Eleições Parlamento Europeu (em Portugal a partir de 87*)				79	84, 87*, 89	94, 99	04, 09	14
Criação do SME (Sistema Monetário Europeu)				79				
Renegociações do Reino Unido e 'Brexit'*				74, 80				17*
Libertação países Leste esfera Soviética					89 - 90			
Queda 'Muro de Berlim'					89			
Reunificação Alemã					90			
Tratados (reformas institucionais) e respetivos 'Nãos' e entraves de países		51, 57	65		86	92, 97	01, 07	
Guerra nos Balcãs						91 - 99		
Acidente Nuclear Chernobil					86			
Fenómenos de terrorismo interno (AL, ES, RU, IT, PT*, FR)				PT*				
Fenómenos de separatismo interno (GB, ES, FR, PT*)				PT*				ES, RU
UEM* (SME-Euro**) (Euro físico***)						95* - 99**	02***	
Destituição da Comissão Santer						97		
Rejeição do 'Tratado Constitucional da UE'							05	
Debilidade Orçamento da UE								
Deficit democrático								
Crescimento económico débil								
Descrença atores e organizações políticas estabelecidas								

### Legenda:

	Década
62	Ano de ocorrência

## Quadro 2

Problemas sócio-económicos da Europa	45-50	51-60	61-70	71-80	81-90	91-00	01-10	11-17
Política Agrícola Comum (PAC) (* início) e Reformas		58*			88	92, 97	03	
Política do Ambiente				72				
Política Social e do Emprego		58						
Aumento desemprego								
Política Energética						95		
Debilidade Energética								
BSE (vacas loucas)						96		
Dívida pública								
Política de Asilo e Imigração						99		
Migração Interna e Externa (derivados problemas externos Europa*)							*	*
Multiculturalismo								
Advento de nacionalismo oportunista								
Crise dívida soberana na Europa (início)								11
Crise energética (Rússia/UE)								15

### Legenda:

	Década
62	Ano de ocorrência

### Quadro 3

Acontecimentos Mundiais	45-50	51-60	61-70	71-80	81-90	91-00	01-10	11-17
Descolonização Zona Asiática (inclui possessões Portuguesas Índia) (45-54)								
1.ª Guerra do Vietname - França (46-54)								
Criação Estado de Israel (48) e conflito com os Árabes								
Guerra da Coreia 50-53		50-53						
Grupo dos Não-Alinhados		55						
2ª Guerra do Vietname - Estados Unidos (61-75)								
Descolonização Zona Africana (57-65)								
Crises Misseis Cuba 62								
Choque petróleo 73								
Ascensão de Khomeini com criação Estado Islâmico no Irão				79				
Início depressão económica								
Guerra Irão-Iraque					80 - 88			
Guerra do Afeganistão (79 - 86)								
Choque petróleo 79								
Crash bolsa Nova Iorque					87			
Colapso União Soviética (91)								
Guerra do Golfo (Iraque) promovida por forças Ocidentais								
Recessão mundial								
Ataque 'Torres Gémeas' Nova Iorque							01	
Campanha militar Afeganistão promovida pelos EUA								
Crise Bancária/Dividas Públicas								
Primavera Árabe								
Aumento acentuado do fluxos migratórios para Europa								

#### Legenda:

	Década
62	Ano de ocorrência

